

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

O Secretário do Desenvolvimento Rural-SDR, no uso de suas atribuições, e considerando o dispositivo nas Cláusulas 2ª e 3ª, do contrato abaixo relacionado, torna público que prorrogou o prazo de vigência do termo aditivo ao contrato:

Contrato: 030/2010
Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR e a Prefeitura Municipal de Ipiranga
Vigência: 25-11-2011

OF. 1399



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Extrato de Termo Aditivo a Contratos - 2011

Referência: Termo Aditivo Nº03 Contrato Nº10/10-Proc. Nº 16.1807/08

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.
Contratada: Mirante Engenharia Ltda.
Objeto Contratual: Execução dos Serviços de Recuperação de Obras Hídricas compreendendo: Lote IV – Conceição do Canindé do Piauí.
Objeto do Aditamento: a prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias e vigência contratual por mais 195 (cento e noventa e cinco) dias a contar da data da assinatura deste instrumento.
Data da Assinatura: 10.05.11.
Assinam: José Dias de Castro Neto (pela Contratante) e Marcio Mendes Dantas (pela Contratada).

Referência: Termo Aditivo Nº02 Contrato Nº11/10-Proc. Nº 16.1807/08

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.
Contratada: Mirante Engenharia Ltda.
Objeto Contratual: Execução dos Serviços de Recuperação de Obras Hídricas compreendendo: Lote VII – Campinas do Piauí.
Objeto do Aditamento: a prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias e vigência contratual por mais 195 (cento e noventa e cinco) dias a contar da data da assinatura deste instrumento.
Data da Assinatura: 10.05.11.
Assinam: José Dias de Castro Neto (pela Contratante) e Marcio Mendes Dantas (pela Contratada).

Extratos de prorrogação de prazo - 2011

Convênio: Nº 62/08 Processo: Nº 16.1469/07
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Conveniente: Município de Caracol - PI
Objeto do Convênio: Conclusão da Obra de Construção de 02 (duas) Quadras Poliesportivas, sendo na localidade Caldeirão e no assentamento Saco, no município de Caracol – PI.
Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 90 (noventa) dias, por ato administrativo.
Data da Assinatura: 25.05.11
Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Convênio: Nº 07/09 Processo: Nº 16.1254/09
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Conveniente: Município de São João da Canabrava - PI
Objeto do Convênio: A pavimentação de 5.005,00m² em vias, no município de São João da Canabrava – PI.
Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, por ato administrativo.
Data da Assinatura: 25.05.11
Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

RETIFICAÇÃO

A Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí vem retificar publicação referente ao Contrato nº 37/2011, Processo Administrativo Nº 16.97/2010, publicado no D.O.E. nº 67 de 08.04.11, onde está escrito – “Data da Assinatura: 30.03.11” leia-se “Data da Assinatura: 04.04.11”. Publique-se.

OF. 477

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 02/2011 – REPETIÇÃO - CPL

A Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que por não ter acolhido interessados no primeiro certame, se encontra à disposição na Coordenação de Licitações, no Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar, CARTA CONVITE Nº 02/2011 - REPETIÇÃO, referente à contratação de empresa para execução dos serviços de Capina, Retirada de Tapumes e Bota Fora, no Parque Aquático da Potycabana no município de Teresina, capital do Piauí, com data de abertura marcada para o dia **08 de junho de 2011**, às 9.00 (nove) horas. Publique-se.

Teresina (PI), 31 de maio de 2011.

Irene Ferreira da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitações-CPL/SEINFRA

José Dias de Castro Neto

Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí

OF. 482



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DOS TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE LICITAÇÃO – COPEL CONCORRÊNCIA Nº 002/2011

A Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí – SETRANS, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que as **09:00 (nove) horas do dia 04 de julho de 2011**, receberá proposta para contratação de empresa para implantação e pavimentação asfáltica em tratamento superficial duplo (TSD) com banho diluído, da rodovia de ligação, no trecho: Pedro II/Mirante do Gritador. Tipo de licitação é o de **MENOR PREÇO**, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Todas as despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão por conta do Estado do Piauí – através da Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí – SETRANS. Classificação Orçamentária: **46101.2678236.1295**; Natureza da Despesa: **44.90-51 e FR – 00**. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenação de Licitação da SETRANS, sito a Av. Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, bloco “G”, 1º, em Teresina-PI, Fone(s): (0XX86)3215-4545/, Ramais 205, Fone/Fax: (0XX86)3215-4545, e-mail: setrans@setrans.pi.gov.br de segunda a sexta-feira, das 7:30 as 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos serão fornecidos pelo valor de R\$ 50,00 relativo ao custo efetivo da reprodução gráfica. Publique-se.

Teresina (PI), de 31 de maio de 2011.

João Bosco Vasconcelos de Carvalho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Antônio Avelino Rocha de Neiva

Secretário dos Transportes do Estado do Piauí

OF. 317



PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2011



ORD	PROCESO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	OBJETO/ OBJETIVO	CONTRATADO	VIGENCIA	VALOR
01	425/11	37/11	Pregão Presencial nº 012/2010/CCEL/PI	Material Gráfico	Papelaria Gráfica e Editora Unidas Ltda – Mee	12 (doze) meses	89.021,00
02	1.045/10	36/11	Pregão nº 17/2010/PGR	Telefonia Móvel	Claro S/A	24 (vinte e quatro) meses	50.130,89 Valor Estimado
03	374/09	Termo Aditivo 01/11 ao Contrato nº 02/2010	Pregão Presencial nº 063/2007/CEL/SEAD	Luvas de Procedimento	Remac Odontomédica Hospitalar Ltda	06(seis) meses	O mesmo do Contrato

ANTONIO LAGES ALVES
Diretor Geral do HEMOPI

OF. 289



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - SETUR
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2011

PROCESSO Nº 092/2010
CONTRATO Nº 001/2011
CARTA CONVITE Nº 030/2010
CONTRATANTE: Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR
CONTRATADA: CONSPLAN - Consultoria e Planejamento Ltda.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 04/06/2011 e do prazo de vigência até o dia 04/08/2011.
ASSINATURAS: SÍLVIO LEITE, pela Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR e DEOLINDO MACHADO AGUIAR, pela CONSPLAN – Consultoria e Planejamento Ltda.

Carlos Augusto do Vale Lopes
Comissão de Licitação
Presidente

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2011

PROCESSO Nº 094/2010
CARTA CONVITE 032/2010
CONTRATO Nº 003/2011
CONTRATANTE: Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR
CONTRATADA: Ferreira e Guedes Ferreira Ltda.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e de execução até o dia 06 de junho de 2011.
ASSINATURAS: SÍLVIO LEITE, pela Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR e MARLON RÔMULO DE ARAÚJO FREITAS, pela Ferreira e Guedes Ferreira Ltda.

Carlos Augusto do Vale Lopes
Comissão de Licitação
Presidente

OF. 777



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO V ADITIVO Nº 80/2011

ESPECIE: V Termo Aditivo ao Contrato Nº 23/08 celebrado entre a SECRETARIA DA SAÚDE DO PIAUÍ e a Empresa GIRO RÁPIDO CORRETORA DE VEÍCULOS LTDA, com interveniência da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ.
ALTERAÇÃO: Alteração do Contrato nº 23/08, não gerando direito a indenização para a Contratada (redução do valor em R\$ 5.400,00).
VALOR: A Contratante pagará, por mês, o valor de: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais). DATA DA ASSINATURA: 01.04.2011.
SIGNATÁRIOS: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS – Secretária Estadual da Saúde; HAGEM MAZUAD NETO, Por Procuração MARIA LINDALVA DE SOUSA – Pela Contratada; PAULO IVAN DA SILVA SANTOS – Secretário de Administração do Estado do Piauí.

EXTRATO DO III ADITIVO Nº 81/2011

ESPECIE: III Termo Aditivo ao Contrato Nº 153/09 celebrado entre a SECRETARIA DA SAÚDE DO PIAUÍ e a Empresa GIRO RÁPIDO CORRETORA DE VEÍCULOS LTDA, com interveniência da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ.
ALTERAÇÃO: Alteração do Contrato nº 153/09, não gerando direito a indenização para a Contratada (redução do valor em R\$ 2.450,00).
VALOR: A Contratante pagará, por mês, o valor de: R\$ 11.000,00 (Onze mil reais). DATA DA ASSINATURA: 01.04.2011.
SIGNATÁRIOS: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS – Secretária Estadual da Saúde; HAGEM MAZUAD NETO, Por Procuração MARIA LINDALVA DE SOUSA – Pela Contratada; PAULO IVAN DA SILVA SANTOS – Secretário de Administração do Estado do Piauí.

OF. 1033



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JUSTIÇA

EXTRATO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Administrativo N.º 0639/011
Tipo: Convite N.º 002/2011
Objeto: Material de Informática
O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Justiça, torna público o Resultado de Julgamento de Habilitação e proposta de preço acima referenciada, com o seguinte resultado: Obedecido os critérios de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado de classificação final da proposta: Empresa Classificada: 1º lugar: J.M.J Equipamentos e Suprimentos de Informática LTDA, com o valor de R\$ 33.291,00 (trinta e três mil, duzentos e noventa e um reais); 2º Lugar: Recycle Express Ind. & Com. LTDA, com o valor de R\$ 33.892,00 (trinta e três mil, oitocentos e noventa e dois reais); 3º Lugar: Nordeste Equipamentos e Serviços LTDA, com o valor de R\$ 33.916,90 (trinta e três mil, novecentos e dezesseis reais e noventa centavos); conforme razões contidas na ata de julgamento datada de 26/05/2011.

Teresina, 31 de Maio de 2011

Rudson Romão Machado da Rocha
Presidente da Comissão de Licitação

OF. 042



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 0002/2011

ESPECIE: Extrato do Convênio nº 0002/2011, celebrado entre a SEDUC e Secretaria de Assistência Social e Cidadania
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 0048833/2010.
OBJETIVO: Constitui objeto do presente convênio a colaboração técnico-pedagógica a fim de dar continuidade ao atendimento sócio-pedagógico de qualidade aos adolescentes atendidos pelos centros sócio-educativos de internação mantidos pela CONVENENTE (Centro Educacional Masculino – CEM).
DA FINALIDADE: O presente Convênio tem por fim oferecer aos adolescentes privados de liberdade por decisão judicial e que são atendidos no Centro Sócio-educativo, o reingresso e/ou ingresso aos estudos proporcionado através de uma educação voltada para a formação do cidadão consciente, criativo e capaz de participar do processo de transformação pessoal, bem como suprir a escolarização em nível do 1º e 2º segmento do ensino fundamental, através da aceleração da aprendizagem e em nível do ensino médio, através do ensino personalizado para aqueles sem possibilidade de atividades externas e nas escolas de ensino regular para os adolescentes com direito a atividades externas.
DATA DA ASSINATURA: 30 de maio de 2011.
SIGNATÁRIOS: Atila Freitas Lira – Secretário da Educação e Francisco Guedes Alcoforado Filho – Secretário da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

OF. 121



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE COMBATE A POBREZA RURAL - CCPR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2010
CONTRATANTE: Coordenadoria de Combate a Pobreza Rural – CCPR
CONTRATADA: BPS SERVIÇOS LTDA – CNPJ 68.699.008/0001-21
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DOS FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 8.666/93
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA DCPC/PCPR.
PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA: DE 23/12/2010 A 30/06/2011

OF. 094



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SETRE
GABINETE DA SECRETÁRIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS Nº 002/2011 SETRE/EMPRESA R. F. DE A. FARIAS

ESPÉCIE: Extrato do Contrato Administrativo de Locação de Veículos Nº 002/2011, que celebram entre si o Estado do Piauí, por meio da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETRE, e a Empresa R. F. DE A. FARIAS.
OBJETO: Locação de 03 (três) veículos automotores sem motorista, para desenvolvimento das atividades diárias da SETRE, transportando cinco pessoas, 04(quatro) portas, motor no mínimo 1000 cc, com ou sem ar condicionado, com no máximo 01(um) ano de uso. Equipados com todos os itens de segurança e com manutenção preventiva e corretiva por conta da Contratada, sendo o motorista e abastecimento por conta da Contratante.
VALOR TOTAL DA LOCAÇÃO: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)/MÊS
FONTE DE RECURSOS: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT Nº 035/2006-2011 - SETRE/SINE-PI.
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31/12/2011.
SIGNATÁRIOS: 1. LARISSA MENDES MARTINS MAIA - Secretária/SETRE
2. RENATO FERREIRA DE ASSUNÇÃO FARIAS - P/Contratada
AUTORIZAÇÃO: PAULO IVAN DA SILVA SANTOS - Secretário/SEAD

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2011 SETRE/EMPRESA HAVAI COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA

ESPÉCIE: Extrato do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 003/2011, que celebram entre si o Estado do Piauí, por meio da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETRE, e a Empresa Havai Comércio e Serviços Gerais Ltda.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Técnico de Rede "A", 02 (dois) motoristas de veículos leves, 03 (três) auxiliares técnicos. É vedado considerar os empregados da contratada como colaboradores eventuais do contratante, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 32.518,00 (trinta e dois mil, quinhentos e dezoito reais)/MÊS
FONTE DE RECURSOS: Orçamento da SETRE/Tesouro Estadual: Elemento de Despesa 33.90-39 e Fonte 00.
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31/12/2011.
SIGNATÁRIOS: 1. LARISSA MENDES MARTINS MAIA - Secretária/SETRE
2. AUGUSTO CÉSAR BEZERRA VERAS - P/Contratada
AUTORIZAÇÃO: PAULO IVAN DA SILVA SANTOS - Secretário/SEAD

OF. 396



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SETRE



RATIFICAÇÃO

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, **ratifico a contratação da empresa Fundação Integrar**, tendo por objetivo a prestação de serviço de treinamento para Seguro Desemprego nos municípios de Floriano, Parnaíba e São Raimundo Nonato, **e da empresa Execute Ltda** para o treinamento de Atendimento ao Público na Capital.

Teresina-PI, 27 de Maio de 2011.

LARISSA MENDES MARTINS MAIA
Secretária

RATIFICAÇÃO

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, **ratifico a empresa Intersystem Comércio e Serviços De Informática Ltda**, tendo por objetivo a aquisição de equipamento de informática do tipo estação de trabalho, **e da empresa Informáveis** para a aquisição de notebooks, módulos Isoladores e Impressora a Laser.

Teresina-PI, 31 de Maio de 2011.

LARISSA MENDES MARTINS MAIA
Secretária

OF. 014



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
QUARTEL DO COMANDO GERAL



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 028/2011 - PMPI

Processo Administrativo Nº 004901/11 - CPL/PMPI.
Modalidade: Adesão ao SRP-CCEL/SEAD-PI;
Objeto: Aquisição de Pneus, Câmaras de AR e protetores para carros, motocicletas e quadriciclos, para a PMPI;
Valor: R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais);
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 260101.06.181.32.2038, Fonte de Recursos: 00 Natureza: de Despesa: 33.90.30;
Fundamentação legal: art. 15, II, e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93 combinado com o Decreto Estadual nº 11.319/2004
Vigência: Até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: RUBENS DA SILVA PEREIRA - Cel. PM, Comandante-Geral da PMPI (**Contratante**) e RICARDO MARCELO RIBEIRO BARBOSA - (**Contratada**).
Informações: CPL/QCG/PMPI, Avenida Higino Cunha, 1750/sul - Bairro Ilhotas, CEP 64.014-220 - horário de expediente: 08h00min às 12h30min. Telefone para contato (86) 8819-3691.

OF. 082



ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 376/2011-HPM
OBJETO: Aquisição de material médico Hospitalar Empresa - Distribuidora Multimed.
Valor: R\$ 7.898,00 (sete mil, oitocentos e noventa e oito reais)
Fundamento Legal: Art. 24, IV, Lei Federal Nº 8.666/93.
Maiores Informações: Hospital da Polícia Militar - Av. Higino Cunha, 1642, Ilhotas, Teresina-PI, fone (86)-3216-1520..

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 377/2011-HPM
OBJETO: Aquisição de material médico Hospitalar Empresa - Distribuidora Multimed.
Valor: R\$ 6.027,90 (seis mil, vinte e sete reais e noventa centavos)
Fundamento Legal: Art. 24, IV, Lei Federal Nº 8.666/93.
Maiores Informações: Hospital da Polícia Militar - Av. Higino Cunha, 1642, Ilhotas, Teresina-PI, fone (86)-3216-1520.

OF. 025 e 026



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ
VINCULADO À SDR



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ESPÉCIE: Contrato de Cessão de Uso que entre si celebram o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - EMATER-PI e a Prefeitura Municipal de Coivaras - PI

OBJETO: O contrato de cessão de uso tem por objeto a transferência da posse direta à Prefeitura do bem de propriedade do EMATER abaixo descrito:
- Um FIAT/ UNO MILLE FIRE FLEX, ano de fabrica/modelo 2006, cor branca chassi 9BD15822764867993, RENAVAL 889760950; Placa Nº LVR 0795.

VIGÊNCIA: 02 (dois) anos

DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2010.

SIGNATÁRIOS: Romualdo Militão dos Santos, Diretor Geral do EMATER-PI e o Sr. Francisco Freire Furtado Prefeito de Coivaras - PI.

OF. 261

OUTROS

GUADALAJARA S/A – Indústria de Roupas
NIRE nº 22.3.000027 6
CNPJ(MF) Nº 06.526.131/0001-93

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2.011, LAVRADA NA FORMA SUMÁRIA

LOCAL E HORA: Sede social, à Av. Getúlio Vargas nº 1.200 – Bairro Tabuleta – Teresina-PI, às 16:00 horas.

PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

QUORUM DE DELIBERAÇÕES: Foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

1) Foram reeleitos para ocuparem os cargos da Diretoria, para os exercícios de 2011/2012 e 2012/2013, os seguintes membros:

Diretora Presidente: Dra. Claudia Maria de Macedo Claudino, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 373.120 SSP/PI e inscrita no CPF/MF sob o número 227.630.823-00, residente e domiciliada na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, 1500, bairro Jôquei, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64.049-270; e

Diretora Jurídica: Dra. Virgínia de Medeiros Claudino Milani, brasileira, casada, advogada, natural de Recife/PE, portadora da Cédula de Identidade RG 7.990.803, inscrita no CPF/MF sob o número 039.484.598-60, residente e domiciliada na Rua Guerra Junqueiro, 150, Alto de Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São, CEP 05463-030, permanecendo vagos os demais cargos. Ressaltou o Sr. Presidente que de acordo com as deliberações ocorridas na reunião, considerava empessada nos respectivos cargos os administradores eleitos.

2) Uma vez aprovada a remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, deliberaram proceder à respectiva divisão de acordo com o que segue: **Presidente do Conselho de Administração:** R\$ 500,00 (quinhentos reais); **Primeira Vice-Presidente:** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); **Segunda Vice-Presidente:** R\$ 500,00 (quinhentos reais); **Diretora Jurídica:** R\$ 500,00 (quinhentos reais), a **Diretora Presidente** não fará jus a honorários, uma vez que perceberá pelo Conselho de Administração, não havendo por conseguinte, acumulação de honorários.

3) Neste ato, os Diretores acima eleitos tomam posse nos seus respectivos cargos mediante assinaturas abaixo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi requerido sua instalação no presente exercício.

POSIÇÃO DO CAPITAL: O Capital da sociedade é dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis, sem valor nominal, sendo o Capital Autorizado, Subscrito e Integralizado conforme abaixo demonstrado:

Acionistas	Quantidades		Quantidade de Ações Preferenciais				Quantidades	
	Ordinári as	%	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Total	%
Claudio S/A – Lojas Departamentos	158.649	75,00	890		11.155	78.730	249.424	62,30
João Claudino Fernandes	52.545	24,84	318	900	19.512	69.593	142.868	35,69
Claudia Maria de Macedo Claudino			35		145	638	818	0,20
Danielle de Macedo Claudino Evangelista			1				1	0,01
Colon S/A – ind. de Equip. Rodovs.						182	182	0,05
João Hilton Fernandes da Silva	159	0,08					159	0,04
Severino Ramos Brasil	159	0,08					159	0,04
Frigotil – frigorífico de Timom S/A						29	29	0,01
Sucesso Publ. e Promoções S/C Ltda					17		17	0,01
Construtora Sucesso Ltda						10	10	0,01
Demais acionistas			1.286	14	576	4.804	6.680	1,64
Total das espécies e classes de ações	211.512	100,00	2.530	914	31.405	153.986	400.347	100,00

ASSINATURAS: Sr. João Claudino Fernandes – Presidente do Conselho de Administração; Dra. Claudia Maria de Macedo Claudino – 1ª Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretora Presidente; Danielle de Macedo Claudino Evangelista – 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração; e Dra. Virgínia de Medeiros Claudino Milani – Diretora Jurídica. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro das Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Sociedade. Arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o nº 260.180, em 17.05.2011.

GUADALAJARA S/A – Indústria de Roupas
NIRE nº 22.3.000027 6
CNPJ(MF) Nº 06.526.131/0001-93
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2.011, LAVRADA NA FORMA SUMÁRIA
LOCAL E HORA: Sede social, à Av. Getúlio Vargas nº 1.200 – Bairro Tabuleta – Teresina-PI, às 14:00 horas.

PRESENÇA: Acionistas representando 100% do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro de “Presença de Acionistas”.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: João Claudino Fernandes e Secretária: Claudia Maria de Macedo Claudino

QUORUM DE DELIBERAÇÕES: unanimidade dos acionistas presentes com direito a voto.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

1) Aprovada, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para os exercícios de 2011/2012 e 2012/2013, ficando assim constituído:

Presidente do Conselho de Administração: Sr. João Claudino Fernandes, brasileiro, casado, empresário, portador Cédula de Identidade RG 189.986 - SSP/PI, inscrito no CPF/MF sob o número 001.539.403-44, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, 1.501, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64049-270;

Primeira Vice-Presidente: Dra. Cláudia Maria de Macedo Claudino, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 373.120 SSP/PI e inscrita no CPF/MF sob o número 227.630.823-00, residente e domiciliada na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, 1500, bairro Jôquei, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64.049-270; e

Segunda Vice-Presidente: Dra. Danielle de Macedo Claudino Evangelista, brasileira, administradora de empresas, solteira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG 1.972.450 SSP/PI, inscrito no CPF/MF sob o número 670.769.633-53, residente e domiciliada na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, 1500, bairro Jôquei, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64.049-270

2) Neste ato, os Conselheiros acima eleitos tomam posse nos seus respectivos cargos mediante assinaturas abaixo.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1) Aprovaram, por unanimidade, a cessão e a transferência de 1 (uma) ação preferencial Classe “A”, sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravame, pertencente a acionista Claudia Maria de Macedo Claudino para a nova acionista Danielle de Macedo Claudino Evangelista, tudo de conformidade com o Instrumento Particular de Cessão de Direitos para aquisição de Ações da sociedade Guadalajara S/A – Indústria de Roupas, celebrado em 02.05.2011, devidamente anotado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia.

2) Aprovaram, a remuneração global mensal dos Administradores no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), cabendo ao Conselho de administração determinar, por deliberação do colegiado, o valor da remuneração de cada Conselheiro e Diretor.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi requerida a sua instalação no presente exercício.

ASSINATURAS: Srs. Presidente e Secretária da Mesa: Sr. João Claudino Fernandes e Dra. Claudia Maria de Macedo Claudino. **Acionistas:** Claudino S/A – Lojas de Departamentos, representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. João Claudino Fernandes; Claudia Maria de Macedo Claudino; Danielle de Macedo Claudino Evangelista; João Claudino Fernandes; João Hilton Fernandes Silva; e Severino Ramos Brasil. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro das Atas das Assembléias Gerais da Sociedade. Arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o nº 260.179, em 17.05.2011.

P. P. 12902



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

ANEXO LXV

<IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO, QUANDO O DEMONSTRATIVO FOR ESPECIFICODI
VERSÃO SIMPLIFICADA DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

REFERENCIA: JANEIRO/11 A.

DESPESA COM PESSOAL – 1º Quadrimestre	VALOR
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	97.791.353,93
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2,46%>	116.511.041,63
Limite Prudencial 95% (§ único, art. 22 da LRF) - <2,34%>	110.685.489,55
DÍVIDA	VALOR
Dívida Consolidada Líquida	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	
GARANTIAS DE VALORES	VALOR
Total das Garantias	
Limite Definitivo por Resolução do Senado Federal	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
Operações de Crédito Internas e Externas	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externa	
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da receita	
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	

FONTE:

Themistocles Sampaio P. Fo.

CHEFE DO PODER

REPRESENTANTE PELA ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRO

OF. 233

Laris

RESPONSÁVEL PE



Ministério
de Minas
e Energia



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2010

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Conscientes dos desafios de 2011, cujo ambiente econômico é promissor, porém com grandes obstáculos em nossa área de concessão, cujo fornecimento de energia elétrica tem crescido a taxas médias significativas. Nesse cenário, concentraremos os esforços na melhoria dos serviços prestados aos clientes, com disciplina financeira e técnico-operacional, de modo a honrar os compromissos com consumidores, acionistas, clientes e fornecedores.

Em agosto de 2010, as tarifas foram reajustadas em 6,11%, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No exercício de 2010, por orientação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as empresas emitiram dois balanços, um regulatório e outro societário. No presente relatório estão contemplados os valores do balanço social societário, com a representação dos valores apurados do exercício de 2009.

No exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 68.590 mil, inferior em 38,0% ao apresentado em 2009.

A receita operacional líquida, no montante de R\$ 877.815 mil, aumentou 54,8%, quando comparada a registrada em 2009.

Devido ao crescimento dos custos e despesas operacionais, o resultado operacional foi negativo de R\$ 23.439 mil, menor 16,9% em comparação com o apurado no exercício anterior.

A geração de caixa operacional (EBTIDA) resultou em um valor negativo de R\$ 5.178 mil, maior 108,9% que a realizada em 2009.

O mercado de energia elétrica cresceu 17% em relação ao ano anterior, substancialmente influenciado pelo desempenho do consumo das classes residencial, rural, comercial e poder público. O número de clientes atendidos foi de 949.436, correspondendo ao acréscimo de 6,4%, em relação ao ano passado.

As perdas de energia elétrica continuam em declínio, apesar de ainda estarem em patamar elevado. No exercício de 2010, o índice de perda sofreu o decréscimo de 5,50%.

O desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica é aferido com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC. O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 6,2% de redução em relação a 2009. O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) não apresentou evolução, mantendo 32,15 vezes.

O programa de investimento contemplou a execução de obras no valor de R\$ 275.916 mil, destacando-se os R\$ 230.692 mil aplicados no Programa Luz para Todos. Realizando 33.015 ligações no ano de 2010, representando acréscimo de 125,9% em relação às ligações efetuadas em 2009 (total de 14.616), sendo esse o melhor resultado alcançado desde a implantação do programa no Estado do Piauí.

Deverá perseguir o objetivo de conclusão do Programa Luz para Todos, de modo a cumprir a meta de universalização em 2011, as perdas, a inadimplência e os indicadores de qualidade DEC e FEC continuam a ser os grandes desafios para a administração da Companhia.

Buscando o cumprimento das orientações estratégicas definidas para sua gestão no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, assinado em 2009 e celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, a Empresa tem melhorado seus processos e procedimentos visando o atendimento de metas e resultados estabelecidos.

2. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA COMPANHIA

A CEPISA, sociedade por ações de capital fechado, tem como objetivo a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, no Estado do Piauí, com o controle acionário exercido pela Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, desde outubro de 1997.

O Estado do Piauí, embora seja o terceiro maior da Região Nordeste em extensão geográfica, possui a terceira menor população da região, o que evidencia sua baixa densidade demográfica e consequentes dificuldades da CEPISA para atendimento à sua área de concessão.

O Estado mantém o menor PIB da Região Nordeste, com uma participação que não chega a 1% do PIB nacional. Diante desse complexo contexto socioeconômico, o Piauí apresenta-se como o Estado com o maior número de indivíduos abaixo da linha da pobreza, com 1,5 milhão de pessoas nesta situação, que correspondem a 59% da sua população, sendo que destes, 72% situam-se na zona rural, onde há carência em infra-estrutura básica, como estradas e acessos às

populações mais isoladas, este foi um dos fatores que impediu a implantação do Programa Luz Para Todos. Resultando no atraso do acesso da população aos serviços básicos de energia elétrica, bem como o controle e manutenção, por parte da CEPISA, das redes de distribuição.

O sistema elétrico da CEPISA é constituído, atualmente, de 4.897 km de linhas de subtransmissão, nas tensões de 138 kV, 69 kV e 34,5 kV, 71 subestações, 178 alimentadores de distribuição, 54.353 km de redes de distribuição, em alta e baixa tensões, e 31.838 transformadores de distribuição.

A Companhia supre todos os 224 municípios do Estado, distribuídos numa área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 949 mil consumidores, por meio de linhas e subestações.

3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS

A Eletrobras decidiu rever o seu modelo de gestão empresarial, de modo que as empresas se tornem mais competitivas e rentáveis, atuando de forma integrada e sustentável, no estabelecimento de estrutura empresarial integrada, competitiva e comprometida com a rentabilidade para o Sistema Eletrobrás. Sintonizada com as diretrizes do acionista majoritário e com o contexto institucional em que se encontra, capaz de responder com eficiência às transformações do mercado e de desempenhar o papel estruturante que lhe cabe no contexto do desenvolvimento sustentável do país.

Estão previstas para 2011, medidas de aprimoramento dos sistemas de acompanhamento, por meio de indicadores, para o monitoramento da performance das Empresas de Distribuição do Grupo Eletrobras. Já em 2010, na busca do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, foram implementadas medidas de monitoramento do Plano de Melhoria e Desempenho das Distribuidoras - PMD, o qual possui um conjunto de ações relacionadas à gestão de receitas e despesas.

Estas medidas também servirão para o monitoramento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, buscando dar cumprimento às orientações estratégicas ali definidas, visando o atendimento de metas e resultados estabelecidos.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

Em 12/02/2001, a CEPISA firmou o Contrato de Concessão nº 04/2001, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para a distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí, com vigência até 7 de julho de 2015.

A CEPISA, em 8 de junho de 2010, celebrou com a União o segundo termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objetivo foi o de alterar os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A" da Receita Anual da Concessionária.

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a CEPISA está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Para atender plenamente às obrigações legais e à demanda regulatória preconizada pela ANEEL, a CEPISA tem procurado elevar seu padrão de desempenho e implementar ações que resultem em melhoria dos processos e de atendimento.

A Companhia mantém uma Diretoria de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, para estreitar o relacionamento com o órgão regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do seu contrato de concessão.

Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas, na busca de se evitar multas ou não conformidades, aspecto considerado estratégico para a valorização da Companhia no setor elétrico e, de forma específica, junto à sociedade e demais órgãos governamentais.

No período de 19 a 20/04/2010, foi realizado, no complexo sede da CEPISA, Workshop, promovido pela Diretoria de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, objetivando analisar e elaborar planos de ações preventivas e corretivas para as não-conformidades constantes nos Relatórios de Fiscalização da ANEEL, de modo a garantir a adequação da Companhia às normas legais e regulamentares do órgão regulador.

O Workshop contou com a presença da Diretoria Executiva e de colaboradores da Companhia e das empresas de distribuição de Roraima, Acre, Alagoas, Rondônia e Amazonas Energia.

No final do evento foram elaborados os planos de ações preventivas e corretivas das Diretorias de Operação, Comercial, Financeira e Planejamento e Expansão.

4.1 Reajuste Tarifário

Em agosto de 2010, a ANEEL concedeu o reajuste anual. Esse reajuste visa o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor os ganhos de produtividade das concessionárias, por meio do Fator X.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEPISA, por meio da Resolução Homologatória nº 1.052, de 24/08/2010, da ANEEL, foram reajustadas em 6,11 %, correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos de 1,82%, sendo de 4,99% para os consumidores cativos conectados em Alta Tensão (AT) e de 1,01% para os cativos conectados em Baixa Tensão (BT).

5. INVESTIMENTOS

5.1 Aplicação de Recursos

O nível de investimento permanece acima da média histórica, mesmo excetuando-se os recursos aplicados no Programa Luz para Todos.

A seguir são apresentados os investimentos, mostrando o desempenho dos últimos cinco anos:

PROGRAMA DE INVESTIMENTO 2010	R\$ mil					2010/2009 %
	2006	2007	2008	2009	2010	
Subtransmissão	39.349	14.089	18.750	26.878	20.710	-22,9
Distribuição	9.950	26.413	17.069	31.892	18.070	-43,3
Infraestrutura de Apoio	374	722	3.145	7.825	6.444	-17,6
Luz para Todos	69.535	29.271	50.740	77.559	230.692	197,4
Total	119.208	70.495	89.704	144.154	275.916	91,4

No exercício de 2010, o investimento total foi de R\$ 275.916 mil, dos quais R\$ 230.692 mil foram destinados ao Programa Luz para Todos.

5.2 Expansão do Sistema Elétrico

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e subestações, a CEPISA priorizou a conclusão das obras iniciadas anteriormente, com previsão de conclusão em 2010, destacando-se as seguintes:

- **LD Buriiti Grande-Valença** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabo e isoladores. Elaborando nota técnica para contratar a execução.
- **LD Campo Maior-Barras** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabos e isoladores. Elaborando nota técnica para contratar a execução.
- **LD 69 kV Eliseu Martins-Bertolínia** - Repotencialização de 70 km em cabo 559,5 MCM, ampliando em 150% a capacidade de transmissão. Essa obra, iniciada em 2006, teve seu contrato rescindido, com 50% executada, em razão de abandono pela primeira empresa contratada. Foi novamente licitada, porém a empresa vencedora assinou o contrato e não compareceu sequer para instalar o canteiro de obras. Foi então contratada a terceira empresa, que concluiu a obra em dezembro e será energizada em fevereiro de 2011. Essa obra beneficia as regiões sul e dos cerrados piauienses, representando alternativa de fornecimento, no caso de falta de energia nas fontes São João do Piauí ou Boa Esperança.
- **LD Piriipi-Tabuleiros** - Projeto de execução contratado. Está sendo executado o levantamento topográfico.
- **LD Teresina-Renascença** - Concluído o projeto executivo, adquiridos os principais materiais: cabos, estruturas e isoladores. Encontra-se em processo de licitação a contratação de empresas para executar a obra.
- **LD Ribeiro Gonçalves (RB)-Ribeiro Gonçalves** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabos e isoladores. Elaborando nota técnica para contratar a execução.

- **LD Ribeiro Gonçalves-Barra Grande do Ribeiro** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabos e isoladores. Elaborando nota técnica para contratar a execução.
- **LT Teresina-Parque** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabos, estruturas e isoladores. Elaborando nota técnica para contratar a execução.
- **LT Satélite-Poty** - Concluído o projeto executivo e adquiridos os principais materiais: cabos, estruturas e isoladores. Encontra-se em processo de licitação a contratação de empresa para executar a obra.

Subestações:

Construção de novas subestações:

- **Subestação Poty 69-13,8 kV - 50 MVA** - Obra em execução, com todos os equipamentos adquiridos. Previsão de conclusão em junho / 2011.
- **Subestação Pólo Industrial 69-13,8 kV - 50 MVA** - Obra em processo de licitação. Os principais equipamentos foram adquiridos. Previsão de conclusão em junho / 2012.
- **Subestação Renascença 69-13,8 kV - 50 MVA** - Obra em execução, com todos os equipamentos adquiridos. Previsão de conclusão em junho / 2011.
- **Subestação Cova Donga 34,5-13,8 kV - 1,5 MVA** - Concluída e energizada em dezembro 2010. Essa obra beneficia as novas unidades consumidoras implantadas pelo Programa Luz para Todos.

Programa Luz para Todos:

- Este programa financia a construção de subestações de média tensão, 34,5-13,8 kV, 5 MVA, nos Municípios de Caracol, José de Freitas, Regeneração, Ribeira, Santa Filomena, Simões e uma no povoado Bem-te-vi - Município de Vila Nova. O contrato de execução está assinado e os principais equipamentos adquiridos.

Reforma e Ampliação:

- **Subestação Amarante** - ampliação da subestação, com a troca de três transformadores de 3x1,5 MVA, 34,5-13,8 kV por um de 6,25 MVA, 31,5-13,8 kV;
- **Subestação Bertolínia** - ampliação da subestação, com a troca de dois transformadores de 2x2 MVA, 69-13,8 kV por um de 5 MVA, 69-13,8 kV;
- **Subestação Bom Jesus** - ampliação da subestação, com a troca de um transformador de 6,25 MVA, 69-13,8 kV por um de 12,5 MVA, 69-13,8 kV;
- **Subestação Mandacaru** - reforma, com instalação de quatro disjuntores de 69 kV e dois de 13,8 kV. Obra em concluída em julho de 2010;
- **Subestação Tabuleiros** - ampliação da subestação, com a instalação de um banco de capacitores de 2x6,0 MVAR no setor de 69 kV. Obra realizada em setembro de 2010;
- **Subestação São João do Piauí** - ampliação da subestação, com a instalação de mais um transformador de 2,5 MVA, 69-13,8 kV, totalizando 7,5 MVA.
- **Subestações São João da Serra** - ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 0,5 MVA por um de 1,5 MVA, 34,5-13,8 kV.
- **Subestações Sigefredo Pacheco** - ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 0,5 MVA por um de 1,5 MVA, 34,5-13,8 kV.
- **Subestações São Miguel** - ampliação da subestação, com a instalação de mais um transformador de 1,5 MVA, 34,5-13,8 kV, totalizando 3,0 MVA.

O Quadro I a seguir sintetiza os ativos em serviço, inclusive de 34,5 kV, considerando as ampliações de redes e subestações.

Quadro I

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Linhas de Alta tensão (km)	4.325	4.409	4.521	4.761	4.897
138 kV	141	141	141	141	141
69 kV	1.878	1.962	2.034	2.274	2.274
34,5 kV	2.306	2.306	2.346	2.346	2.482
Subestação					
Quantidade	66	66	67	68	71
138-69 kV	1	1	1	1	1
69-34,5-13,8 kV	39	39	40	40	40
34,5-13,8	26	26	26	27	30
Potência Instalada (MVA)	788	832	887	932	988
138-69 kV	120	120	120	120	120
69-34,5-13,8 kV	609	646	682	728	769
34,5-13,8 kV	59	66	85	84	99

Na Distribuição

Em 2010, foram construídos na área urbana 22,12 km de rede de média tensão e 85,55 km de rede baixa tensão, instalados 55 transformadores, regularizando 4.563 unidades consumidoras. Outro fato importante foi às obras de sectionamento de circuito, as quais evitaram sobrecargas em transformadores de distribuição da capital e interior. Foi iniciado o levantamento de campo para a implantação do Sistema de Gestão Técnica da Distribuição - SGT.D.

Com as expansões executadas, a CEPISA passa a ter o seguinte conjunto de ativos de distribuição, conforme Quadro II a seguir:

Quadro II

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Rede de Distribuição Urbana					
Extensão AT e BT (km)	12.371	12.493	12.546	12.610	12.718
Quantidade de Poste	268.198	270.615	271.669	272.893	275.376
Rede de Distribuição Rural					
Extensão AT e BT (km)	24.457	26.715	29.893	33.080	41.635
Quantidade de Poste	158.037	177.801	177.826	235.536	296.835
Transformadores					
Quantidade	13.461	18.727	23.007	24.912	31.838
Potencia Instalada (MVA)	549	576	594	637	666

5.3 Programa Luz para Todos

O Governo Federal iniciou em 2004 o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 e, prorrogado pelo Decreto nº 7.324, de 05 de setembro de 2010, até 31 de dezembro de 2011, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro.

No acumulado, no período 2004-2010, o Governo do Estado do Piauí realizou obras para atendimento a 17.523 domicílios. No ano de 2010 foram incorporadas ao Programa Luz Para Todos 33.015 ligações, sendo 26.896 através das construtoras, 492 pelo Governo do Estado e 5.627 pela própria Eletrobrás Distribuição do Piauí.



No quadro abaixo, estão indicados os números realizados desde o início do programa.

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2009	REALIZADO ATÉ 2010	2010/2009- %
Domicílios atendidos	45.564	72.460	59,0
Km de Rede de Média Tensão	9.139	15.038	64,5
Km de Rede de Baixa Tensão	4.185	6.619	58,2
Postes	127.111	188.410	48,2
Km de Recondutoramento de Alimentadores	603	731	21,2
Km de Novos Alimentadores	41	129	214,6
Transformadores de Distribuição	9.943	16.806	69,0
Investimentos (R\$ mil)	R\$ 252.167	R\$ 482.859	91,5

Através do Programa Luz para Todos, a Eletrobrás Distribuição do Piauí vem contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento da educação no meio rural, atendendo, desde o início do programa mais de 692 escolas em todo o Estado.

Contribuíram para o resultado de 2010 o aporte de recursos, pela Eletrobras, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital e à padronização de informações históricas por meio de Sistema de Protocolo Eletrônico, para controle de Ordem de Imobilização - ODI.

No ano de 2011, deverão ser ligados 25.000 domicílios, sendo que todas essas ligações já se encontram contratadas. Para execução desse grande volume de obras no prazo previsto, deverão ser mobilizadas 395 equipes de construção de redes pelas empresas contratadas.

5.4 Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

As áreas de operação e manutenção do sistema elétrico visam melhorar os níveis de tensão e de continuidade, ampliando a oferta de energia e garantindo qualidade.

Com os recursos técnicos, operacionais e financeiros que dispõe, a CEPISA investiu na correção do fator de potência do sistema elétrico, com a instalação e ampliação de bancos de capacitores, tanto em redes de distribuição como em subestações. Adotou, ainda, a instalação de reguladores de tensão, objetivando melhorar os níveis de tensão nas localidades onde havia necessidade comprovada. O resultado já pode ser observado em diversas localidades.

O aumento nas potências de diversas subestações melhorou o nível de carregamento do sistema, com a substituição de transformadores que reduziram as situações operacionais críticas, além de possibilitarem a redução de perdas técnicas.



Em 15 de fevereiro, foi energizada a subestação 4,5 MVA, 69 / 34,5 kV de Amarante, oportunidade em que foi registrada a melhoria nos níveis de tensão em seis municípios, solucionando problemas de demanda reprimida, atenuando o carregamento do transformador de 12,5 MVA, 69 / 13,8 kV, da subestação de São Pedro do Piauí. Também foi verificada redução de perdas técnicas nessa região.

Ainda na área de alta tensão, registraram-se como pontos relevantes a energização dos dois circuitos de 69 kV, LT Picos / Mandacaru e Picos (Chesf) / Picos (CEPISA) em anel, propiciando maior disponibilidade e confiabilidade no fornecimento de energia para as subestações de Mandacaru e Itapissuma.

Na área de distribuição, realizou-se registro de preço, para aquisição de transformadores de distribuição, reduzindo significativamente o custo dos referidos equipamentos. Foram adquiridos 1.632 transformadores de distribuição e recuperados, pela oficina própria, 130 unidades. Ocorreu sinistro em 1.177 transformadores. Em BT e MT, foi executada manutenção corretiva em 42 reguladores de tensão e adquiridas e instaladas em redes de distribuição 12 unidades, visando a correção dos níveis de tensão. Também foram recuperados/regenerados 178.800 litros de óleo isolante. Ainda na área de distribuição de energia, foram sinistrados 2 transformadores de força, na tensão 69 / 13,8 kV e 34,5 / 13,8 kV e realizada manutenção corretiva (equipe própria) em 5 transformadores de força.

Em 2010, foram instalados equipamentos de disjunção em Teresina, nos pontos de fronteira entre as zonas urbana e rural. Essa ação melhorou o índice de continuidade operacional, trazendo reflexos positivos no DEC e FEC na capital do Estado.

Na subestação de Pedro II houve ampliação da demanda instalada de 5 para 6,5 MVA, evitando carregamento do transformador existente e aumentando a oferta de energia.

Em dezembro de 2010, foi energizado mais um transformador de 12,5 MVA, ampliando a potência instalada da subestação de Parnaíba para 50 MVA, proporcionando a entrada de novas cargas.

As subestações de Bom Jesus, Bertolínia, Jerumenha e São João do Piauí também sofreram ampliação nas demandas de 6,5 para 12,5 MVA, 4 para 5 MVA, 1,15 para 2,5 MVA e 5 para 7,5 MVA, respectivamente.

Nas subestações de São Pedro, São Raimundo, Parnaíba, Tabuleiros Litorâneos, Marambaia, Barras, São João do Piauí e Camurupim foram instalados novos religadores, proporcionando maior confiabilidade na proteção dos circuitos e na continuidade do fornecimento de energia, diminuindo o DEC.

Os processos de suprimento continuam sendo obstáculo a serem superados, apesar da aquisição por pregão eletrônico e registro de preços.

5.5 Pesquisa & Desenvolvimento

A CEPISA, em 2010, deu continuidade a dois projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, remanescentes dos ciclos 2004/2005 e 2005/2006.

A CEPISA concluiu os seguintes projetos de P&D, referentes ao ciclo 2004/2005:

- Desenvolvimento de sistema fotovoltaico de baixo custo. Projeto voltado para atendimento a pequenas cargas isoladas em 12/24 V DC, com investimento, neste ano, de R\$ 27,9 mil, perfazendo o total aplicado de R\$ 355,0 mil. O protótipo resultante desse projeto foi executado pela UFC/ASTEF e implantado numa escola rural situada no Povoado Malícia, no Município de Uruçuí, distante mais de 40 km da rede de energia elétrica mais próxima. Está em funcionamento, alimentando carga de iluminação. O contrato foi concluído em dezembro de 2010;
- Desenvolvimento do sistema de monitoramento, corte e religação à distância de unidades consumidoras localizadas em condomínios, com investimento, em 2010, de R\$ 22,6 mil, totalizando R\$ 241,0 mil. O protótipo resultante desse projeto foi executado pela UFCG/PaqTc e implantado, por questões de segurança, numa unidade de atendimento a clientes (UAC) da CEPISA, situado no conjunto residencial Parque Piauí em Teresina. O contrato foi concluído em dezembro de 2010.

Com relação ao ciclo 2005/2006, a CEPISA executou os seguintes projetos de P&D:

- "Sistema Inteligente de Análise de Danos Elétricos em Eletrodomésticos" - desenvolvido pelo LACTEC. Tem como objetivo contribuir para agilizar e melhorar o processo de avaliação de ressarcimento por danos elétricos, em aparelhos eletro-eletrônicos, e definir indicadores para essa avaliação de ressarcimento. O valor total deste projeto é de R\$ 377,0 mil. Teve início em maio de 2009 e o desembolso realizado, no ano de 2010, foi de R\$ 194,8 mil. O projeto está previsto para terminar em maio de 2011. Já foram realizados ensaios destrutivos em diversos equipamentos eletro-eletrônicos, levantando a curva de suportabilidade e de sensibilidade destes equipamentos;

- "Metodologia para Gestão da Inadimplência em Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica" - desenvolvido pelo LSITEC. Tem como objetivo desenvolver e aplicar metodologia para identificação, quantificação e qualificação da inadimplência, utilizando a base de dados comerciais (SISTEMA AJURI), da classe residencial e comercial, por faixa de consumo em baixa tensão. O valor total deste projeto é de R\$ 498,0 mil. Iniciado em julho de 2009, tendo sido desembolsado, neste ano, R\$ 283,1 mil. O projeto tem previsão de conclusão para junho de 2011. Toda a parte de quantificação e tratamento da inadimplência, junto à área comercial, já foi desenvolvida. Em dezembro, iniciou-se pesquisa de campo para aferir e qualificar a inadimplência junto aos consumidores, em 44 municípios do Piauí;

- Em junho de 2010, a FUNDETEC/UFPI começou a desenvolver o projeto "Utilização de Óleos Vegetais em Transformadores Elétricos de Distribuição", que tem como objetivo substituir o óleo mineral de transformadores por óleos vegetais, em especial o óleo de babaçu. No ano de 2010, foram desembolsados R\$ 126,6 mil, de um total de R\$ 211,0 mil. Foram realizados vários testes e ensaios no óleo vegetal. A previsão de conclusão é junho de 2011.

A CEPISA iniciou as contratações da PUC-RIO e FPLF, bem como da UEA e FUNDAÇÃO MURAKI, para o projeto de Desenvolvimento de Modelo Referência para empresas de distribuição, fundamentado na experimentação de aplicações da tecnologia Smart Grid. Projeto piloto a ser implementado em Parintins - AM - Projeto Parintins. Esse projeto tem previsão para começar em fevereiro de 2011, com estimativa de desembolso total de R\$ 1.437,0 mil em 24 meses.

Foram iniciadas as tratativas para a contratação do projeto "Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas na distribuição de energia elétrica", aprovado em chamada pública do sistema Eletrobras, o qual deverá ser desenvolvido pela FUNCAMP/UNICAMP em 2011.

Atendendo à Resolução Normativa da ANEEL nº 316, de 13/05/2008, foi elaborado o Projeto de Gestão de P&D, para o ano de 2010, que prevê aplicação de R\$ 19,9 mil.

5.6 Eficiência Energética

A CEPISA deu continuidade ao projeto de eficiência energética em consumidores de baixo poder aquisitivo, denominado "Agente CEPISA", dentro da nova metodologia da ANEEL e de forma integrada com as demais Empresas de Distribuição da Eletrobras, incluindo substituição de geladeiras antigas por modernas e mais eficientes (SELO PROCEL "A").

Esse projeto contempla dois subprojetos, sendo o primeiro denominado Agente CEPISA e outro Caravana Agente CEPISA. É um projeto da tipologia de baixo poder aquisitivo, atingindo Teresina, Parnaíba e Luís Correia. A previsão de execução das ações é de quinze meses, com o valor estimado de R\$ 7.700,0 mil.

Foram realizados 50.918 cadastros/visitas em 30 comunidades atendidas pelo projeto, substituídas 49.335 lâmpadas incandescentes, por fluorescentes compactas, e 320 geladeiras por outras mais eficientes, com a remanufatura reversa de todos os equipamentos retirados do sistema.

O projeto de eficiência no prédio do tribunal de justiça do Piauí - TJ PI, visando substituir lâmpadas/luminárias incandescentes e de vapor de mercúrio e também aparelhos de ar condicionado antigos e ineficientes por lâmpadas/luminárias e condicionadores de ar mais eficientes com selo PROCEL "A", teve desembolso no montante de R\$ 168,6 mil. Com o desenvolvimento destas ações, a energia economizada foi da ordem de 113,35 MWh/ano, com uma redução de demanda na ponta de 34,52 KW.

5.7 Desafios Empresariais

Os principais desafios da CEPISA para o exercício de 2011 são o cumprimento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, firmado com a ELETROBRÁS, estabelecendo Novas Regras de Governança Corporativa das Controladas do Sistema ELETROBRÁS, e a conclusão do Programa Luz para Todos - ainda deverão ser ligados 25.000 domicílios, sem perder de vista a necessidade de reduzir as perdas de energia e combater à inadimplência, condições fundamentais para seu equilíbrio econômico e financeiro.

A Companhia precisa, ainda, garantir sua capacidade de investimento na manutenção do sistema elétrico, permitindo-lhe prestar serviços com competência e qualidade, cumprindo a sua missão e exercendo a sua função social, melhorando, dessa forma, a sua imagem perante a sociedade.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Evolução do Mercado

O consumo de energia elétrica no Estado do Piauí, no ano de 2010, foi de 2.218.863 MWh, correspondendo a expansão de 17,0% em relação ao valor verificado em ano de 2009, com destaque para o desempenho da classe residencial (22,5%), rural (23,1%), comercial (16,7%) e poder público (14,7%). Essas taxas de crescimento acentuadas são resultantes, em parte, pela entrada de novos clientes, maior dinamismo da economia, refletindo no aumento da renda das famílias, regularização dos consumidores sem medição, os investimentos que vem sendo implementados pela CEPISA, os

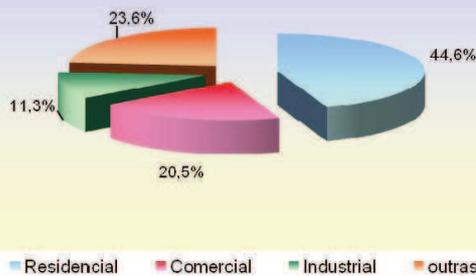
investimentos através do PAC, principalmente as obras estruturantes e o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, associados pelas temperaturas acima da média e a uma base baixa de comparação. Ressalte-se que o consumo de energia no Piauí em 2009 cresceu 3,6% em relação ao ano de 2008.

Evolução das vendas, por classe, em MWh.

CLASSE	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2009 (%)
Residencial	665.084	710.125	759.959	807.695	989.528	22,5
Comercial	332.004	350.847	369.849	388.716	453.775	16,7
Industrial	197.162	207.291	235.932	231.367	251.424	8,7
Rural	73.652	83.277	81.719	79.862	98.277	23,1
Poder Público	133.428	135.404	145.906	151.355	173.530	14,7
Iluminação Pública	112.638	115.313	118.579	121.840	124.960	2,6
Serviço Público	110.811	112.308	115.410	112.680	124.122	10,2
Próprio	3.295	3.288	3.126	3.112	3.247	4,3
Total	1.628.074	1.717.853	1.830.480	1.896.627	2.218.863	17,0

O mercado piauiense caracteriza-se pela forte concentração do consumo de eletricidade nos segmentos residencial e comercial. Juntos, esses dois segmentos do mercado, responderam por 65,1% do total de energia consumida no estado, em 2010. Ocupando a terceira posição, o consumo industrial representou 11,3% do consumo total, refletindo a necessidade de incentivo à indústria em diversos segmentos, bem como a ampliação e a atração de novos empreendimentos no estado.

CONSUMO DE ENERGIA(MWh) - 2010



O consumo por consumidor residencial registrou uma média anual de 102,3 kWh/mês, ficando 14,7% acima do verificado em 2009.

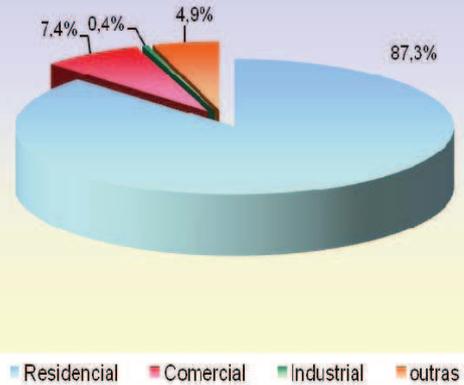
6.2 Número de Consumidores

O mercado atendido pela Eletrobrás Distribuição Piauí, em 2010, contemplou 949.436 consumidores, resultando numa taxa de

CLASSE	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2009 (%)
Residencial	667.534	701.693	734.576	774.486	828.745	7,0
Comercial	61.398	65.278	67.136	69.510	70.258	1,1
Industrial	4.150	4.074	4.042	3.945	3.810	(3,4)
Rural	24.105	25.658	26.590	27.379	28.900	5,6
Poder Público	11.702	12.394	13.077	13.671	13.432	(1,7)
Iluminação Pública	1.042	797	803	800	834	4,3
Serviço Público	2.166	2.240	2.388	2.463	3.322	34,9
Próprio	130	132	151	137	135	(1,5)
Total	772.227	812.266	848.763	892.391	949.436	6,4

crescimento de 6,4%, em relação a dezembro do ano passado. Foram ligados no estado do Piauí 57,0 mil novos clientes, com uma média mensal de 4,7 mil ligações.

Nº DE CONSUMIDORES - 2010



6.3 Perdas

A Companhia priorizou as ações de redução da perda global, tendo alcançado ao final do ano o índice anualizado de 33,5%, menor 5,5% que o de 2009, de 35,5%.

ÍNDICE DE PERDAS GLOBAIS ANUALIZADAS (Dez/2009 a Dez/2010) - %



* Fonte Balanço Energético

O quadro abaixo mostra um ponto positivo, enquanto o consumo em MWh de energia elétrica no ano de 2010, em relação ao ano anterior, registrou crescimento de 17,0%, o valor das perdas em MWh teve um crescimento de apenas 5,5% no mesmo período.

PERDAS GLOBAIS (MWh)	2007	2008	2009	2010	2010 / 2007 (%)	2010 / 2009 (%)
Mercado Próprio (MWh)	2.867.885	2.931.094	3.001.121	3.383.993	18,0%	12,8%
Energia Requerida (MWh)	2.990.151	3.044.783	3.114.416	3.476.544	16,3%	11,6%
Perdas (MWh)	1.150.032	1.100.614	1.104.494	1.165.131	1,3%	5,5%
% Perdas	38,5	36,2	35,5	33,5	(12,9%)	(5,5%)

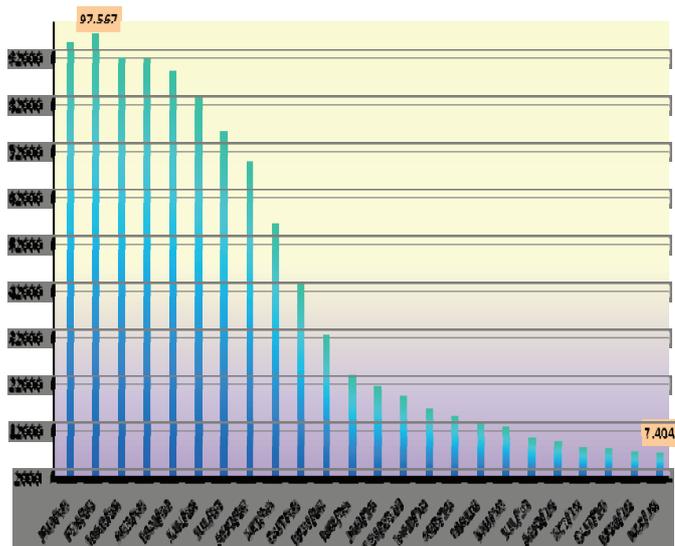


Dentre as principais ações de combate às perdas, destaca-se o crescimento significativo no número de eventos de inspeções, vistorias e regularizações de unidades consumidoras com suspeitas de irregularidades nos sistemas de medição (fraude, desvio etc). Foram realizadas 121.657 inspeções (com carros) e 78.126 vistorias (com motos), com a negociação de 6.333 processos, o que resultou no faturamento e potencial recuperação de receita de R\$ 5.998 mil, contra R\$ 3.957 mil em 2009.

Foram instalados mais 94.508 medidores, sendo 68.241 em novos clientes e o restante em substituição de equipamentos com defeito e em unidades consumidoras ligadas sem medidor (a forfait).

Conforme apresentado no gráfico a seguir, a Eletrobras Distribuição Piauí em dezembro de 2010 registrou somente 7.404 unidades consumidoras sem medidor, enquanto que em fevereiro de 2009 eram 97.567.

QUANTIDADE DE "UC" SEM MEDIDOR - JAN/2009 a DEZ/2010



6.4 Fornecimento de Energia

O faturamento com venda de energia atingiu a marca de R\$ 952.420 mil, superior em 14,6% ao de 2009.

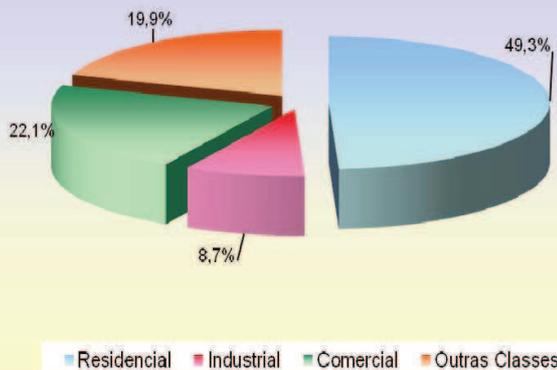
O crescimento do faturamento foi decorrente da elevada redução de consumidores sem medição, de várias ações de combate ao consumo não registrado, do incremento de novos consumidores e do reflexo do reajuste médio tarifário de 6,1% ocorrido em agosto de 2010.

Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil):

Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2007	2008	2009	2010	2010/2009 (%)
Residencial	322.348	353.544	410.167	488.109	19,0
Industrial	68.911	79.398	72.465	76.531	5,6
Comercial	178.644	194.464	183.542	208.245	13,5
Rural	20.305	21.101	26.254	31.024	18,2
Poder Público	60.433	68.557	66.258	73.800	11,4
Ilum. Pública	40.142	38.692	34.594	33.955	(1,9)
Serviço Público	38.502	41.108	37.846	40.756	7,7
Consumo Próprio	1.686	1.624			
Subtotal	730.971	798.488	831.126	952.420	14,6
(-) Fornecimento Não Faturado			4.101	2.555	(37,7)
(-) Receita distribuição				(409.489)	
Remuneração da WACC - IFRIC 12			(17.752)	(27.260)	53,6
Total	730.971	798.488	817.475	518.226	(36,5)

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2010 de nº 28.

FATURAMENTO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMO - R\$ Mil - 2010



6.5 Arrecadação

A Companhia alcançou, em 2010, a arrecadação de R\$ 879.020 mil, representando o índice de 87,1% sobre o faturamento.

Evolução do faturamento e arrecadação - 2010

FATURAMENTO X ARRECADAÇÃO - EVOLUÇÃO - 2006 A 2010



Fonte: Diretoria Comercial.

A arrecadação ainda sofre impacto negativo da baixíssima adimplência dos poderes municipais (apenas 66% - consumo próprio mais iluminação pública), dos consumidores que detêm liminares impedindo a suspensão do fornecimento (1,2% do faturamento mensal), da conciliação de interesses sociais que inibem o corte de energia em hospitais, escolas, delegacias, águas e iluminação pública e do sentimento de impunidade de grande parte dos clientes que fazem uso da prática da auto religação.

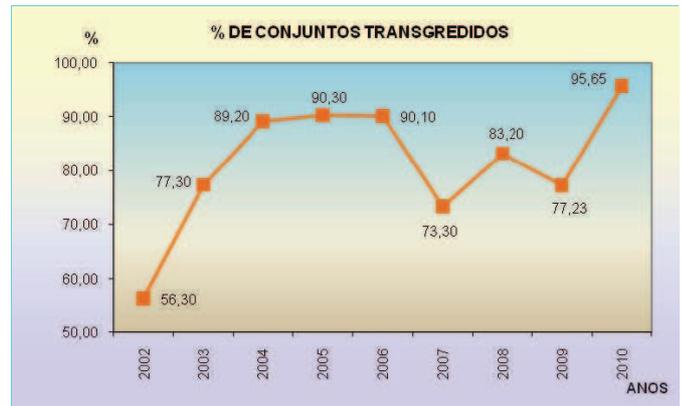
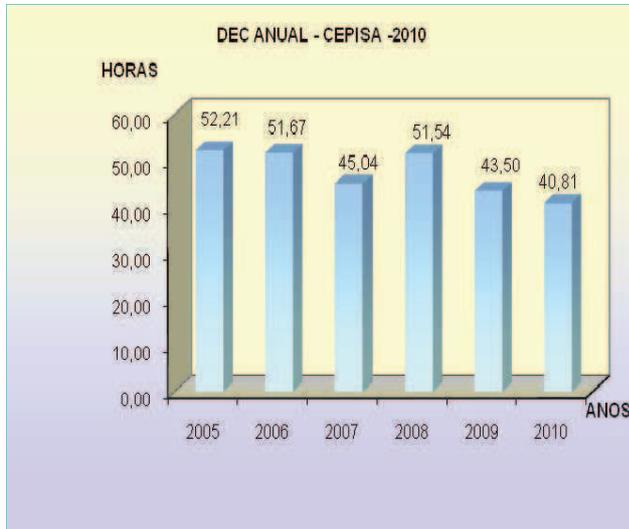
7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1 Qualidade do Fornecimento

O desempenho das concessionárias, quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica, é aferido pela ANEEL, com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC.

O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 6,2 % de redução em relação a 2009, ao reduzir de 43,5 para 40,81 horas.

O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) praticamente não apresentou evolução, mantendo o patamar de 32,15 vezes.



O aumento percentual de conjuntos violados pode ser justificado pelo fato da ANEEL, anualmente, reduzir os valores das metas dos indicadores DEC e FEC, baseando-se no item 5.10.4, do Módulo 8, do PRODIST: Os valores estabelecidos para o próximo período deve propiciar melhoria do limite anual global de DEC e FEC da distribuidora.

7.2 Comunicação e Relacionamento com o Consumidor

A Companhia tem estreitado, cada vez mais, o programa de melhoria de relacionamento com o consumidor. Para tanto, tem investido na reforma e modernização das agências de atendimento, na ampliação do Call Center e do controle de atendimento e em ações das áreas de eficiência energética e sustentabilidade.

Em 2010, foi ampliada a agência localizada na Avenida Maranhão, ao lado do prédio-sede da Companhia, em Teresina. O local, que recebe grande número de consumidores, diariamente, passou por reforma física, sendo adequado à Lei da Acessibilidade, e recebeu móveis modernos.

Atualmente, a estrutura de atendimento possui 68 agências em todo o Estado, sendo 62 no interior e 6 em Teresina - na Avenida Maranhão, bairros Dirceu e Parque Piauí, Shopping Riverside, Shopping da Cidade e Espaço da Cidadania.

O atendimento comercial da CEPISA ganhou qualidade com a ampliação dos serviços executados por meio do Call Center, o qual, antes, recebia apenas ligações originadas na capital e relacionadas à área de operação. Agora, os consumidores podem tanto solicitar recuperação do sistema elétrico quanto serviços comerciais, a exemplo de pedidos de instalação, troca e vistoria de medidores, emissão da segunda via da fatura de energia por e-mail, parcelamento de débito, podas de árvores, inspeção por denúncia, mudança de data de vencimento da fatura, informação de leitura dentre outras opções.

Para solicitar os serviços, o consumidor deve ligar para o número 0800 086 0800, a partir de telefones fixos, públicos ou celulares, de um dos 224 municípios do Estado e a qualquer hora. O consumidor pode, também, entrar em contato com a Companhia pela internet, enviando mensagens para o correio eletrônico callcenter@cepisa.com.br.

Para atender à demanda, a capacidade física do Call Center foi ampliada, passando de 12 para 24 o número de pontos de recepção.

Outra forma de manter contato com o consumidor é mediante o site da CEPISA, www.cepisa.com.br, onde são publicadas informações de interesse da população e dos colaboradores da concessionária. Por meio da página eletrônica, o cliente tem acesso à consulta de débito, emissão de segunda via de fatura, solicitação de ressarcimento de danos, resultado de concursos, desligamentos programados, editais de licitação, contato com a ouvidoria e relação de postos de atendimento com endereços e telefones. O site funciona, também, como fonte de dados sobre o setor elétrico, visto os diversos links disponibilizados na página que já registra 2,8 milhões de acessos.

7.3 Ouvidoria

Foram recebidas e processadas, na Ouvidoria, 257 reclamações de clientes, efetuadas junto à ANEEL, contra 96 em 2009, versando sobre diferentes assuntos, tais como: interrupção no fornecimento/falta de energia; flutuação/variação/oscilação de tensão; qualidade do atendimento; consumo faturado; pedido de extensão de rede; ocorrência/cobrança de irregularidade; Programa Luz para Todos; substituição de equipamentos; pedido de indenização por danos elétricos; vistoria/afiação de medidor etc. Além dessas, formuladas junto à ANEEL, outras 2.025 reclamações e demandas diversas foram dirigidas à Ouvidoria, ante 786 registradas no exercício de 2009, todas devidamente processadas e respondidas por e-mail, carta, fax, contato direto com o reclamante/solicitante e ainda por meio dos sistemas disponibilizados pela ELETROBRAS (Sistema de Ouvidoria da ELETROBRAS - SOU) e pela ANEEL (Sistema Geral de Ouvidoria - SGO).

7.4 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da CEPISA, instituído por exigência da Lei n.º 8631, de 04/03/1993, com sua formação, funcionamento e operacionalização regulados pela Resolução ANEEL n.º 138, de 10/05/2000, tem caráter consultivo, com atribuições voltadas para orientação, análise e avaliação das questões relacionadas ao fornecimento de energia, tarifas e



A tabela a seguir mostra a contribuição da transmissão (ocorrência em linha de 69 kV ou em subestação) e da distribuição na formação dos índices DEC e FEC:

	TRANSMISSÃO			DISTRIBUIÇÃO	TOTAL GERAL
	EXTERNO	CEPISA	TOTAL		
DEC 2010	1,81	11,41	13,22	27,59	40,81
FEC 2010	2,6	7,01	9,61	22,54	32,15

Contribuíram para a redução do DEC e estabilidade do FEC a instalação de equipamentos de disjunção, nos pontos de fronteira entre as zonas urbana e rural do Município de Teresina.

Foram instalados novos religadores nas subestações de São Pedro, São Raimundo, Parnaíba, Tabuleiros Litorâneos, Marambaia, Barras, São João do Piauí e Camurupim, proporcionando maior confiabilidade na proteção dos circuitos e na continuidade no fornecimento de energia, diminuindo o DEC destas subestações.

Analisado os conjuntos individualmente, no total de 23, verifica-se que a maioria dos conjuntos violou as metas anuais estabelecidas pela ANEEL, indicando que a estrutura para recomposição do sistema, quando de defeitos permanentes, ainda necessita de aprimoramento, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:



qualidade dos serviços prestados ao consumidor final. A sede do Conselho está localizada no complexo administrativo da CEPISA.

De acordo com seu regimento, o Conselho reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês.

No exercício de 2010, o Conselho elaborou a publicação (10.000 exemplares) intitulada "Caderno do Consumidor", de caráter informativo e educativo, sobre direitos, deveres, uso racional, segurança e qualidade de energia, distribuídos aos consumidores, entidades representativas das diversas classes de consumo, colégios, órgãos governamentais etc. Participou do 3º Ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de energia elétrica, promovido pela ANEEL, do XII Encontro Nacional dos Conselhos de Consumidores, sob o patrocínio da CEMIG, Fórum Nordeste, quando discutiram assuntos relacionados ao setor elétrico, de interesse dos consumidores e a atuação dos Conselhos.

O Conselho é constituído por sete membros titulares, com seus respectivos suplentes, indicados por entidades representativas das diversas classes. A seguir relaciona-se a composição atual do Conselho de Consumidores da Companhia (Membros Titulares):

- ⇒ Gilberto Diego Veríssimo Pedrosa - Presidente, representante da classe Industrial, indicado pela Associação Industrial do Estado do Piauí - API;
- ⇒ Luiz Antônio Teixeira Veloso - Vice-Presidente, representante da classe Comercial, indicado pela Associação Comercial Piauiense - ACP;
- ⇒ Raimunda Nonata Cavalcante da Silva - Membro, representante da classe Residencial, indicado pela Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC;
- ⇒ Agostinho Martins de Araújo Campos - Membro, representante da classe Rural, indicado pela Federação da Agricultura do Estado do Piauí - FAEPI;
- ⇒ Sérgio Rodrigues Martins Gallas - Membro, representante da classe Poder Público, indicado pela Associação Piauiense de Municipais - APPM;
- ⇒ Marcelo Ielton de Castro Teixeira - Membro, representante da classe Serviço Público, indicado pela Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA
- ⇒ Gladys Gomes Martins de Sousa - Membro, representante do Ministério Público/ PROCON;
- ⇒ Secretário Executivo - José Gutemberg de Barros - indicado pela CEPISA;

8. ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

8.1 Indicadores Econômicos

No presente relatório estão contemplados os valores do balanço social societário, com a reapresentação dos valores apurados do exercício de 2009.

Indicadores Econômicos	2006	2007	2008	2009*	2010	2010 / 2009 (%)
Receita Operacional bruta (R\$ mil)	621.245	717.326	814.347	847.426	1.198.601	41,4
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ mil)	202.483	245.081	265.534	280.519	320.786	14,4
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	418.762	472.245	548.813	566.907	877.815	54,8
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	434.508	469.876	527.792	595.097	901.254	51,4
Resultado do Serviço e Margem Operacional						
Resultado do Serviço (R\$ mil)	(15.746)	2.369	21.021	(28.190)	(23.439)	(16,9)
Margem Operacional (%)	(3,8)	0,5	3,8	(5,0)	(2,7)	(46,3)
Geração Operacional de Caixa (EBTIDA) (R\$ mil)	4.358	22.821	43.586	(2.479)	(5.178)	108,9
Margem EBTIDA (%)	1,0	4,8	7,9	(0,4)	(0,6)	34,9
Resultado Financeiro - Despesa (R\$ mil)	56.258	83.072	144.439	82.450	35.660	(56,7)
Prejuízo (R\$ mil)	69.121	81.197	123.418	110.640	68.590	(38,0)
Ativo Total (R\$ mil)	581.988	574.047	621.353	683.371	816.746	19,5

Investimento (R\$ mil)	119.208	70.495	89.704	144.154	275.916	91,4
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) (R\$ mil)	128.014	187.295	283.657	889.363	204.478	(77,0)

*2009 - Valores reapresentados.

8.2 Desempenho Econômico e Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta registrou o montante de R\$ 1.198.601 mil, crescendo 41,4% em relação ao exercício anterior (R\$ 847.426 mil, valor reapresentado). Dentro da receita de 2009 e 2010, está incluso o valor R\$ 25.083 mil e R\$ 211.068 mil, respectivamente, referente à apuração da receita de construção, conforme a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01.



Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

A CEPISA está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2010, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 320.786 mil, 14,4% acima do ocorrido em 2009 (R\$ 280.519 mil, valor reapresentado). O ICMS registrado em 2010 foi de R\$ 198.821 mil, com crescimento de 18,9% em relação a 2009 (R\$ 167.211 mil), representando 61,9% do total dos tributos e encargos regulatórios.



Custos e Despesas Operacionais

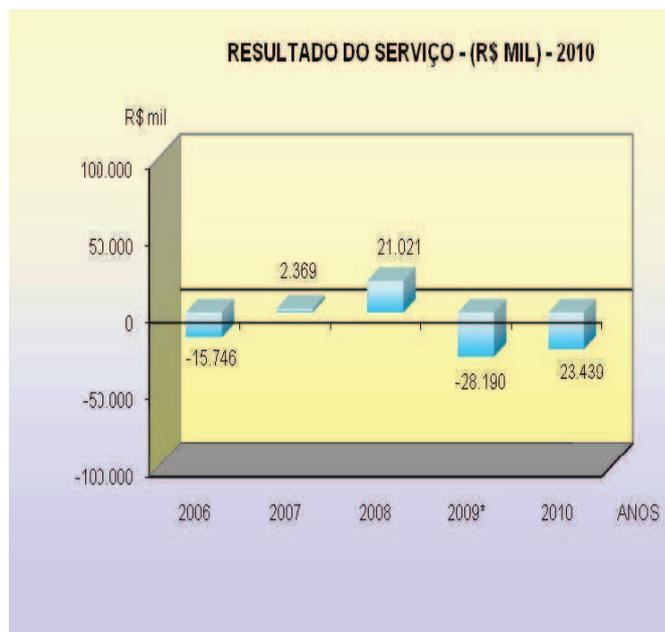
O custo do serviço e as despesas operacionais totalizaram, em 2010, R\$ 901.254 mil, contra R\$ 595.097 mil (valor reapresentado) em 2009, representando o crescimento de 51,4%.

Comparativamente ao exercício anterior, esse crescimento foi impactado, principalmente, pelas despesas de energia elétrica comprada para revenda (em 35,9%), construção - IFRIC 12 (23,4%), com a despesa de pessoal (15,3%), provisão para devedores duvidosos e contingências (13,2%) e serviços de terceiros (8,6%).



Resultado do Serviço e Margem Operacional

O resultado operacional do serviço atingiu R\$ (23.439) mil, menor 17,7% ao apurado em 2009 (R\$ 28.190 mil, valor reapresentado). Como consequência, em 2010, a margem operacional (resultado do serviço dividido pela receita líquida) foi de (2,4)% e de (4,2)% em 2009.



Geração Operacional de Caixa (EBTIDA)

A geração operacional de caixa, representada pelo EBTIDA - lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização, alcançou o montante de R\$ (5.178) mil, ante aos R\$ (2.479) mil em 2009 (valores reapresentados). A margem EBTIDA, em relação à receita líquida, foi de (0,5)% e (0,4)% em 2009.



Resultado Financeiro

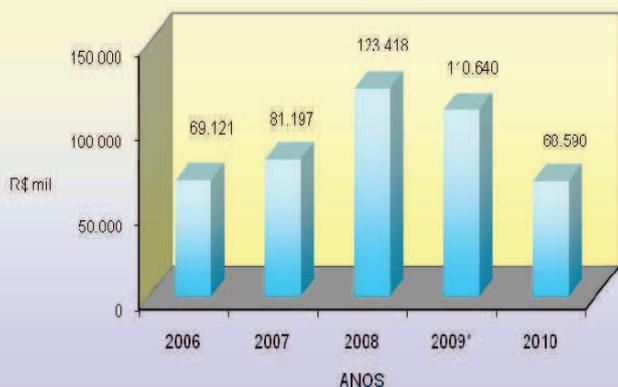
O resultado financeiro apresentou a despesa de R\$ 35.660 mil, menor 56,6% em relação aos R\$ 82.450 mil (valor reapresentado) obtidos em 2009, também como despesa. Esse decréscimo foi influenciado, principalmente, pela redução dos encargos de dívidas e pelas despesas com variações monetárias líquidas.



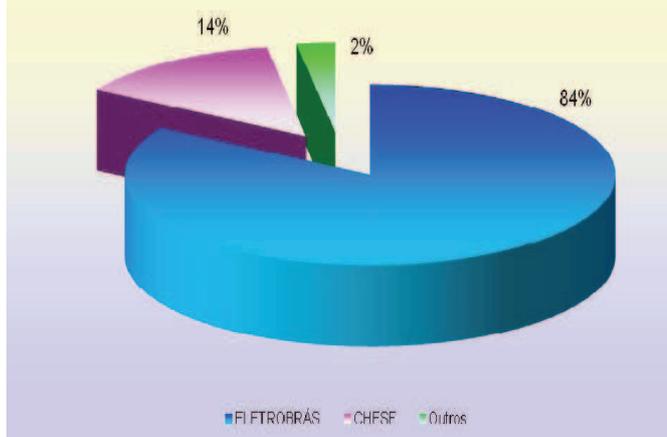
Prejuízo

A Empresa apresentou no final do exercício o prejuízo de R\$ 68.590 mil, 38,0% menor que o de 2009 (R\$ 110.640 mil, valor reapresentado). Este resultado foi influenciado, principalmente, pela provisão para devedores duvidosos e contingências, provisão do laudo atuarial, correção do adiantamento para aumento de capital (AFACS) e aumento das despesas com serviços de terceiros.

PREJUÍZO - R\$ MIL- 2010



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 2010



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 421.677 mil. Desse total, a ELETROBRÁS é credora de R\$ 352.914 mil, equivalente a 83,7%.

Desde 2009 os saldos dos empréstimos e financiamentos vêm sendo reduzidos, em consequência da intervenção da ELETROBRÁS, que transformou contratos concedidos com recursos ordinários, em adiantamento para futuro aumento de capital. Em 2009, foram transformados em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) o valor de R\$ 198.251 mil, que somados aos já existentes R\$ 580.973 mil, foram capitalizados, em 30 de dezembro de 2010, o valor R\$ 779.224 mil.

Empréstimos e Financiamentos - R\$ Mil	2006	2007	2008	2009	2010
ELETROBRÁS	287.117	344.431	432.974	315.331	352.914
CHESF	120.792	128.837	135.131	96.884	58.025
Outros	19.593	15.015	15.808	11.598	10.738
Total	427.502	488.283	583.913	423.813	421.677

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 de nº 18-Empréstimos e financiamentos.

9. RECURSOS HUMANOS

Em 2010, a CEPISA continuou contratando profissionais aprovados no concurso público realizado em 2007, tendo encerrado o exercício com cinquenta e duas contratações, dentre elas: advogados, engenheiros, técnicos industriais com função de eletrotécnico, técnicos de segurança do trabalho, auxiliares operacionais, com a função de eletricitista, e assistentes administrativos, para as mais diversas áreas da Companhia.

Assim, para atender às necessidades de treinamento desses empregados e à demanda crescente dos já existentes, consolidou-se a estrutura do novo processo Educação Corporativa, por meio da atuação integrada e cooperativa do Sistema Eletrobras, representado pela Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras - UNISE e pelas 15 Unidades de Educação Corporativa, centrado nas políticas e no modelo educativo para o desenvolvimento de todos os colaboradores.

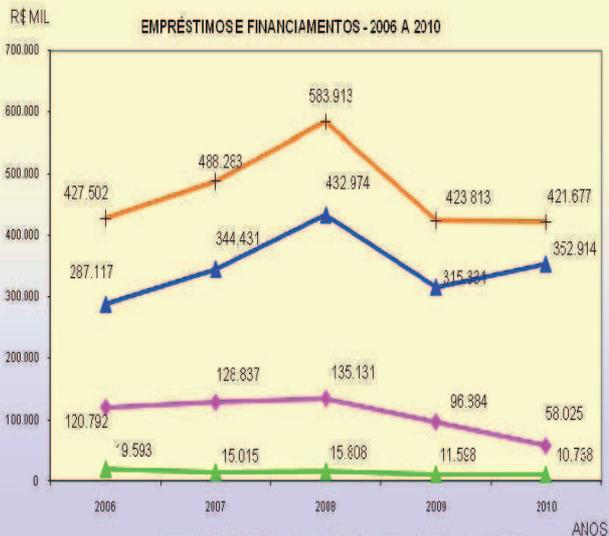
Com isso, a Companhia investiu o total de R\$ 706 mil, no desenvolvimento das competências de seus colaboradores, 63% a mais que o ano de 2009. Foram realizadas 106 ações educacionais, contando com 2.148 participantes, perfazendo o total de 50.207 horas treinadas.

Dentro da estratégia de planejamento centralizado, foram realizadas diversas ações educacionais, dentre as principais são:

- Programa de Licitação;
- Programas Educacionais promovidos pela Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras (UNISE), com objetivo de desenvolver competências estratégicas críticas das empresas, incluindo Especializações em diversas áreas estratégicas como Regulação do Setor Elétrico, Comercialização, Gerenciamento de Perdas de Energia Elétrica, Educação Corporativa, Gestão Integrada de Processos; e Programas de Liderança (FOCCUS, QUANTA);
- Workshops, transmitidos via LUME (TV Corporativa), com temas como: "Visão Geral do Sistema Elétrico"; "Conceitos e Definições da Estrutura Tarifária"; "Resolução Normativa 414/2010, da ANEEL Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica - principais mudanças"; "Interpretação dos requisitos da norma ISO 10.002 Satisfação do cliente (tratamento de reclamações) e ISSO 9001: 2008 - Sistemas De Gestão Da Qualidade" "Gerenciamento Eletrônico de Documentos", entre outros.
- Cursos abertos ao mercado, como "Secretaria Geral", "Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado", e "Controle Patrimonial no Setor Elétrico Brasileiro (MCPSE)".

Nas ações específicas, a Companhia focou em capacitação na área operacional, com Formação de Eletricistas (renovando as equipes com novos colaboradores admitidos), Cursos de Segurança exigidos pela NR 10, Cursos de Proteção de Redes de Distribuição e Qualidade de Energia, entre outros.

Foi implantado o Plano de Carreira e Remuneração - PCR, ao final de 2010, baseado no conceito de competências, como orientador da evolução dos profissionais em sua carreira. As competências irão subsidiar todos os processos de gestão de pessoas, tais como carreira, treinamento, desenvolvimento, captação, planejamento estratégico de pessoal, remuneração e avaliação de competências e resultados, ressaltando que é plano único para o Sistema Eletrobras, implantado inicialmente nas Geradoras e Transmissoras de Energia e logo em seguida nas Distribuidoras.



9.1 FACEPI – Fundação CEPISA de Seguridade Social

O Plano de Previdência Privada, patrocinado pela CEPISA e gerido pela FACEPI, tem por finalidade assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da FACEPI é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é o do tipo Benefício Definido (Plano BD).

O novo Plano de Contribuição Variável – PCV foi implantado em meados de 2010, mas, ainda, com uma tímida adesão, com pouco mais de 200 participantes.

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

10.1 Composição Acionária

O controle acionário da CEPISA é exercido pela ELETROBRÁS, desde outubro de 1997. A estrutura do capital social, abaixo indicada, reflete todas as mudanças ocorridas desde aquela época, como também as capitalizações de créditos efetuados por esse acionista.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social registrado da Companhia é de R\$ 779.223 mil.

ACIONISTAS	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade (mil)	%	Quantidade (mil)	%	Quantidade (mil)	%
ELETROBRÁS	744.131.334,18	100	35.092.218,00	100	779.223.541,53	100

10.2 Auditoria e Controles Internos

Desde 2008, com a implantação da Gestão Integrada das Empresas de Distribuição da Eletrobras, por orientação da Holding Eletrobras, a unidade de Auditoria Interna daquela Empresa passou a coordenar diretamente as auditorias das empresas do Sistema Eletrobras.

Durante o exercício de 2010, foi desencadeada mudança significativa de conceito na estrutura organizacional da Companhia, onde as atividades passaram a ser desenvolvidas segregando-as por processo. Com isso, surgiu à necessidade de se mapear todos os processos relevantes dentro da organização e reordená-los de maneira mais eficiente.

O mapeamento dos processos encontra-se em fase de execução e, concomitantemente, sendo implantado na medida em que é finalizado cada processo.

Todo esse trabalho será de grande valia para a melhoria dos controles internos, permitindo o monitoramento e a identificação de cada etapa do processo.

Outro fato importante é a constante preocupação da Administração na busca de melhorias na área de tecnologia da informação, com a constante adequação dos sistemas já existentes, às melhores práticas de governança corporativa, e a implantação de novos softwares, no intuito de dar mais segurança às operações realizadas.

11. SUSTENTABILIDADE

A CEPISA internalizou o conceito de Sustentabilidade, por meio de ações previamente planejadas, envolvendo toda a sua força de trabalho. Realizou pequenas ações, que somadas traduziram a firmeza de propósito na mudança da cultura organizacional.

Lançou o Programa de Voluntariado Empresarial, o qual contou com a participação de muitos empregados, podendo assim realizar ações educativas de valorização do consumidor, combate à violência contra a mulher, assédio moral e assédio sexual. Incentivou, também, o não desperdício de energia elétrica, o seu uso seguro e a coleta seletiva do lixo, recolhendo 3,3 toneladas de papel passíveis de serem reciclados.

A Eletrobras Distribuição Piauí criou em 2010 o Comitê de Sustentabilidade, composto de representantes de todas as Áreas da Companhia, com o objetivo de sistematizar as ações de sustentabilidade e a operacionalização dos relatórios obrigatórios anuais.

Por ter executado as ações constantes no Plano de Ação do Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República, a Companhia recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero, adquirindo o direito de usá-lo nos seus impressos institucionais.

Em 2010, foi intensificada a capacitação de diversos empregados, com o objetivo de proporcionar maior compreensão dos relatórios que deverão ser elaborados pela Eletrobras Distribuição Piauí. Com isto a Empresa pretende apresentar para os órgãos reguladores e para a sociedade em geral, de forma clara e objetiva, as ações executadas pela administração da Companhia.

A Política de Sustentabilidade e o Código de Ética foram divulgados no site da Companhia e cada empregado recebeu uma cópia deste último documento.

A Eletrobras Distribuição Piauí assinou a adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - Igualdade significa Negócios e o Pacto de Furnas. Ao aderir aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - Igualdade significa Negócios - a Companhia deu mais um passo para a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho e nas comunidades próximas aos seus empreendimentos. O Pacto de Furnas tem como objetivo estabelecer metas que consolidem a atuação conjunta das empresas Eletrobras, na busca por uma gestão empresarial plenamente comprometida com a sustentabilidade.

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

A Eletrobras Distribuição Piauí procura cumprir a legislação pertinente e a política nacional de meio ambiente, sintonizando com a preservação dos recursos naturais e procurando minimizar os impactos ambientais inerentes à sua atividade de distribuição e comercialização de energia.

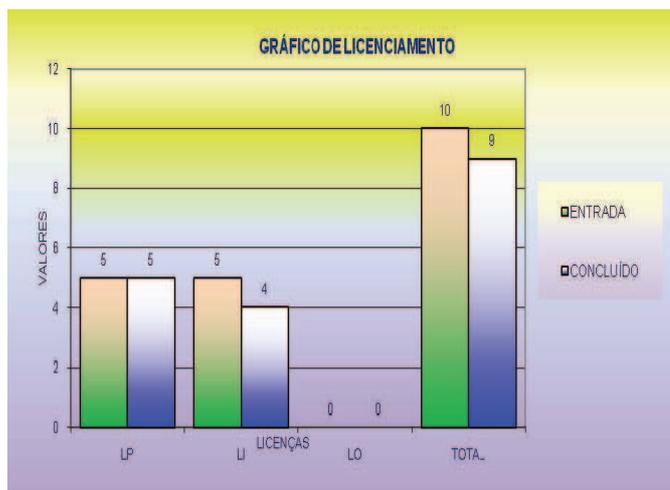
A instalação, ampliação e a operação de qualquer empreendimento, utilizador de recursos ambientais, dependem do prévio licenciamento por órgão Estadual competente, integrante ao SISNAMA e IBAMA.

No ano de 2010, foram formalizados processos junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAM) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresina (SEMAM), solicitando as Licenças Prévias de Instalação e Supressão de Vegetação – ASV das obras de alta tensão, conforme a seguir:

Tabela 1.1 – Obras com as Licenças Prévias, Instalação e Autorização de Supressão de Vegetação.

Obra	Município	Órgão Licenciador	Licenciamento	Início	Término
SE Poty	Teresina	SEMAM	LP e LI	abr/10	Concluído
SE Renasença	Teresina	SEMAM	LP e LI	abr/10	Concluído
LT 138 kV Piri-piri / Tabuleiros	Piri-piri	SEMAM	LP	abr/10	Concluído
LT 69 kV Satélite/Poty	Teresina	SEMAM	LP e LI	abr/10	Concluído
LT 69 kV Chesf / Renasença	Teresina	SEMAM	LP e LI	abr/10	Concluído

RELATÓRIO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL				
Ano: 2010	LP	LI	LO	TOTAL
ENTRADA	5	5	0	10
CONCLUÍDO	5	4	0	9



LP = Licença Prévia;
LI = Licença de Instalação;
LO = Licença de Operação;
Total = Número de Empreendimentos.

Foram obtidas, junto à SEMAR, dispensas de Licença Ambiental, para obras a serem realizadas em áreas urbanas geradoras de impacto ambiental insignificante, Subestações de 34,5/13,8 kV, 5/6,25 MVA dos seguintes Municípios: Regeneração, Ribeira do Piauí, Caracol, José de Freitas, Santa Filomena, Santo Antônio de Lisboa e Simões.

12. BALANÇO SOCIAL

Os principais indicadores sociais que representam a Responsabilidade Corporativa e Social da CEPISA, em relação aos seus colaboradores e à comunidade na qual está inserida, expressos com base no modelo do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, estão demonstrados a seguir:

1. Base de Cálculo	2009 valor (mil reais)			2010 valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	566.907			877.815		
Resultado operacional (RO)	(110.640)			(68.590)		
Folha de pagamento (FPB)	77.937			111.850		
2. Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.739	9,9	1,4	10.068	9,0	1,1
Encargos sociais compulsórios	27.050	34,7	4,8	41.282	36,9	4,7
Previdência privada		0,0	0,0		0,0	0,0
Saúde	1.879	2,4	0,3	2.209	2,0	0,3
Segurança e medicina no trabalho	2762	3,5	0,5	2130	1,9	0,2
Educação	89	0,1	0,0	194	0,2	0,0
Cultura	-			-		
Capacitação e desenvolvimento profissional	443	0,6	0,1	706	0,6	0,1
Creches ou auxílio - creche	173	0,2	0,0	249	0,2	0,0
Vale Transporte	338	0,4	0,1	318	0,3	0,0
Participação nos lucros ou resultados		0,0	0,0	10320	9,2	1,2
Outros		0,0	0,0		0,0	0,0
Total - Indicadores sociais internos	40.473	51,9	7,1	67.476	60,3	7,7

3. Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa Social de Eletricidade ORural	-	-	-	-	-	-
Programa de Eletrificação População Carente (Luz para Todos)	77.559	(70,1)	13,7	230.692	(336,3)	26,3
Total das contribuições para sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais externos	-	-	-	-	-	-
4. Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimento em meio ambiente	-	-	-	-	-	-
Estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre 0 a 50% ()		(X) não possui metas () cumpre 0 a 50% () cumpre 51 a 75% () cumpre 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional	2009			2010		
Nº de empregados (as) ao final do período	1350			1330		
Nº de admissões durante o período	164			52		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	1.117			1210		
Nº de estagiários (as)	138			85		
Nº de empregados (os) acima de 45 anos	1008			978		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	262			262		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9			35		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	116			114		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	13			6		
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	38			33		

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração	22,5			23,2		
Número total de acidentes de trabalho	11			6		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	(X) todos(as) + CIPA	(x) direção e gerências	() todos empregados	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos empregados	() direção e gerências	(X) todos empregados	(X) todos empregados
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() não são considerados	() São sugeridos	(X) São exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário a empresa:	() não se envolve	(X) apoiará	() organiza e incentiva	() não se envolve	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Empresa: 882	Procon: 702	Justiça: 513	Empresa: 2.282	Procon: 328	Justiça: 848
% de reclamações solucionadas	Empresa: 100%	Procon: 35%	Justiça: 21%	Empresa: 100%	Procon: 66%	Justiça: 18%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2009: 403.845			Em 2010: 475.220		
Distribuição do valor adicionado (DVA)	Governo: 69,5%	Colaboradores: 29,3%	Acionista: (27,4%)	Terceiros: 28,6%	Governo: 69,5%	colaboradores: 28,9%
				Acionista: (14,4%)	Terceiros: 16,0%	

* 2009 - Base de cálculo (RL e RO) e Valor Adicionado Total a distribuir - Ano de 2009 - Valores Reapresentados

12.1 Valor Adicionado - DVA

A contribuição da CEPISA para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste, também se expressa pela geração de R\$ 475.220 mil em valor adicionado.

Esse valor foi devolvido à sociedade em forma de salários e benefícios aos empregados, pagamentos a fornecedores, referentes a custeio e investimentos, empreendidos na aquisição de bens e serviços, em impostos, taxas e contribuições sociais aos Governos Federal, Estadual e Municipal.

13. PRINCIPAIS NÚMEROS DA EMPRESA

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2009 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	772.227	812.266	848.763	892.391	949.436	6,4
Número de Empregados	1.112	1.099	1.220	1.350	1.330	(1,5)
Número de Consumidores por Empregado	701	739	695	661	714	8,0

Energia Fornecida (MWh) /Empregado	1.464	1.563	1.500	1.405	1.668	18,7
Número de Localidades Atendidas	223	223	224	224	224	0,0
Número de Agências	42	67	67	68	68	0,0
Número de Postos de Atendimento	17	29	30	30	30	0,0
Número de Postos de Arrecadação	1.168	1.743	1.577	1.505	1.506	0,1
MERCADO						
Área de Concessão (km)	252,4	252,4	252,4	252,4	251,5	(0,4)
Demanda Máxima (MW)	454	498	552	535	555	3,7
Distribuição Direta (GWh)	1.628	1.718	1.830	1.897	2.219	17,0
Consumo Médio Residencial por Consumidor (KWh/Ano)	83	84,3	86,2	89,2	102,3	14,7
Tarifas Médias de Fornecimento (R\$ por MWh)	269,82	302,41	311,5	319,5	313,9	(1,8)
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	1.628.074	1.717.853	1.830.480	1.896.627	2.218.863	17,0
Residencial (MWh)	665.084	710.125	759.959	807.695	989.528	22,5
Comercial (MWh)	332.004	350.847	369.849	388.716	453.775	16,7
Industrial (MWh)	197.162	207.291	235.932	231.367	251.424	8,7
Rural (MWh)	73.652	83.277	81.719	79.862	98.277	23,1
Suprimento (MWh) (Contrato Inicial)						
Outras Classes	360.172	366.313	383.021	388.987	425.859	9,5
Número de Reclamações por 10.000 consumidores	11,1	9	9,8	60,6	(100,0)	
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	66	66	67	68	71	1,4
Linhas de Transmissão (km)	4.325	4.409	4.521	4.761	4.897	2,9
Redes de Distribuição (km)	36.828	39.208	42.439	45.690	54.353	19,0
Capacidade Instalada (MVA)	549	576	594	637	666	4,6

14. AGRADECIMENTOS

Registramos os agradecimentos da Diretoria Executiva às autoridades municipais, estaduais e federais, Ministério de Minas e Energia, ELETROBRÁS, ANEEL, ONS, Conselho de Consumidores, Conselheiros da Administração e Fiscal, fornecedores e clientes, pelo apoio e atenção dispensados à Companhia e nosso reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional. Teresina (PI), 27 de abril de 2011. **Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal - Diretoria Executiva:** Pedro Carlos Hosken Vieira - Presidente, Luís Hiroshi Sakamoto - Diretor de Gestão, Pedro Carlos Hosken Vieira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, em exercício, Pedro Mateus de Oliveira - Diretor Comercial, Leonardo Lins de Albuquerque - Diretor de Planejamento e Expansão, Ronaldo Ferreira Braga - Diretor Financeiro, Leonardo Lins de Albuquerque - Diretor de Operação; **Conselho de Administração:** José Antonio Muniz Lopes - Presidente, Pedro Carlos Hosken Vieira - Conselheiro, Telton Elber Correa - Conselheiro, Ricardo de Paula A Monteiro - Conselheiro, José Roberto de M. R. P. Fernandes Júnior - Conselheiro, Sérgio Gonçalves de Miranda - Conselheiro; **Conselho Fiscal:** Wagner Montoro Junior - Presidente, Igor Montezuma Sales Farias - Conselheiro, Trapuá de Carvalho Dantas - Conselheiro



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO
COM AS PRÁTICAS ADOTADAS NO BRASIL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)**



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)**

	Notas	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	13.587	14.980	11.310
Aplicações no mercado aberto	6	51.060	112.018	21.439
Consumidores e Concessionárias	7.1	392.885	344.142	334.109
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	8	46.399	79.137	53.756
-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.2	246.550	205.008	165.950
Tributos a Compensar	10	5.079	8.376	9.511
Consumo de baixa renda - subsídio a receber	9	10.621	11.637	21.486
Estoque	11	14.171	10.106	6.854
Outros créditos	12	15.634	5.488	3.179
		302.886	380.876	295.694
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	8	80.951	12.586	2.753
-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.2	43.591		
Tributos a Compensar	10	3.345	3.644	3.538
Ativo Financeiro de Concessão	13	348.925	158.583	164.282
Depósitos judiciais	24	16.004	21.726	11.441
Outros Créditos	12	1.118	305	305
		406.752	196.844	182.319
Investimentos		146	146	146
Imobilizado	14	34.224	19.520	7.570
Intangível	15	72.738	95.985	134.927
		107.108	105.651	142.643
		513.860	302.495	324.962
Total do Ativo		816.746	683.371	620.656

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)**

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO

	Notas	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE				
Fornecedores	17	76.189	72.966	72.583
Energia Livre	18	8.113	2.171	2.518
Folha de pagamento		1.655	2.299	5.088
Programa de demissão incentivada			7.827	
Empréstimos e Financiamentos	19	77.162	66.383	90.308
Tributos e Contribuições Sociais	22	39.446	44.956	43.479
Obrigações com benefícios de aposentadoria	21	18.952	8.741	7.360
Obrigações Estimadas	23	14.183	12.729	9.327
Taxas regulamentares	20	19.973	32.638	29.530
Outras Obrigações	25	21.010	16.356	11.594
		276.683	267.066	271.787
NÃO CIRCULANTE				
Energia Livre	18		26.036	19.614
Tributos e Contribuições Sociais	22	18.042		
Empréstimos e Financiamentos	19	344.515	357.430	493.605
Obrigações com benefícios de aposentadoria	21	100.644	89.957	95.508
Adiantamento para aumento de capital - AFAC	26	183.953	779.224	494.369
Taxas regulamentares	20	22.283		
Provisão para Contingências	24	74.235	51.851	22.927
Outras Obrigações	25	870	1.170	1.568
		744.542	1.305.668	1.127.591
Passivo a descoberto				
Capital social	26	779.224	375.023	375.023
Reservas de Capital			31.536	31.536
Reserva de Lucro		25.750		
Prejuízos Acumulados		957.953	1.295.922	1.185.282
		(204.479)	(889.363)	(778.723)
Total do Passivo e do Passivo a descoberto		816.746	683.371	620.656

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/10	31/12/09
RECEITA		870.855	562.392
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	34	664.019	383.737
LUCRO BRUTO		206.836	178.655
Despesas com Vendas	34	144.679	107.808
Despesas Gerais e Administrativas	34	85.981	96.932
Outras despesas) receitas operacionais líquidas		384	2.106
RESULTADO OPERACIONAL		(23.440)	(28.190)
Receitas financeiras	35	33.630	26.992
Despesas financeiras	35	69.289	109.442
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(59.099)	(110.640)
Imposto de renda e contribuição social	16	9.491	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(68.590)	(110.640)
Prejuízo por ação do capital realizado		(R\$0,0880)	(R\$0,0042)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Em 1º de janeiro de 2009	375.023	31.536	(1.185.282)		(778.723)
Prejuízo do exercício			110.640		110.640
Em 31 de dezembro de 2009	375.023	31.536	(1.295.922)		(889.363)
Aumento de capital	404.201	31.536	406.559		779.224
Reserva de Lucros ou Sobras				25.750	25.750
Prejuízo do exercício			68.590		68.590
Em 31 de dezembro de 2010	779.224		(957.953)	(25.750)	(204.478)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	31/12/10	31/12/09
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (Nota 36)	120.340	58.979
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compras de imobilizado líquidas (Nota 14)	14.704	11.950
Baixas do ativo intangível líquidas (Nota 15)	13.247	48.942
Aquisições (baixas) do ativo financeiro líquidas (Nota 13)	190.342	5.699
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(191.799)	42.691
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	25.726	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	16.617	7.421
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas nas atividades de financiamentos	9.109	(7.421)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(62.350)	94.249
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	126.998	32.749
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	64.648	126.998

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	31/12/10	31/12/09
Receitas	1.225.110	938.346
Receitas de vendas de energia e serviços	987.533	872.509
Receita de Construção	329.194	107.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.002	39.058
Receitas Despesas) operacionais	384	2.106
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(765.258)	(534.325)
Custos da energia comprada	323.489	295.090
Custo de Construção	329.194	107.001
Serviços de terceiros	77.722	68.273
Materiais	4.569	3.150
Outros custos operacionais	30.283	60.811
Valor adicionado bruto	459.852	404.021
Quota de depreciação	18.261	26.947
Valor adicionado líquido gerado	441.591	377.074
Receitas financeiras	33.629	26.772
Valor adicionado a distribuir	475.220	403.846
Distribuição do valor adicionado	543.810	514.486
Pessoal	137.623	118.533
- Salário e outras remunerações	67.381	70.339
- Encargos Sociais	34.573	26.333
- Outros	35.669	21.861
Governos	330.277	280.519
- Impostos, taxas e contribuições	330.277	280.519
Juros e demais despesas financeiras	69.289	109.222
Aluguéis	6.621	6.212
Prejuízo do exercício	(68.590)	(110.640)
Valor adicionado distribuído	475.220	403.846

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

1- Contexto Operacional

A Companhia Energética do Piauí – CEPISA, sociedade por ações de capital fechado, com o controle acionário da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, detentora de 100% do seu capital votante, é concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, com sede social localizada na Av. Maranhão, 759/Sul – Teresina-PI.

A CEPISA tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, suprindo todos os 224 municípios do Estado do Piauí, com área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 892 mil consumidores, por meio de linhas e subestações, nas tensões de 138/69/34,5/13,8/7,97 kV.

O sistema elétrico da CEPISA é constituído, atualmente, de 4.897 km de linhas de subtransmissão, 71 subestações, 178 alimentadores de distribuição, 54.353 km de redes de distribuição e 31.838 transformadores de distribuição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2011.

A Eletrobras, com base em estudo técnico realizado pela Thoreos Consultoria, sobre a relação econômico-financeira com suas subsidiárias, controladas de geração, transmissão e distribuição, definiu a “Estrutura Ótima de Capital das Controladas da ELETROBRAS”. Os recursos recomendados no estudo, para a CEPISA, como aporte de capital foram de R\$ 1.569 milhões, no período de 2009 a 2018, conforme abaixo:

Necessidade de Recursos Adicionais – Aporte de Capital - Relatório Thoreos											
ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
R\$ MILHÕES	98	355	94	215	242	206	151	101	65	43	1.569

Foram contratados R\$ 198 milhões, em dezembro de 2009, referentes a empréstimos e financiamentos transformados em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, e em 2010 firmou-se o Contrato para futuro aumento de capital, nº ECF-2850/2010, no valor de R\$ 176,3 milhões.

No âmbito do Plano de Transformação da Eletrobras, celebrou-se o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, no contexto de dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro das empresas e atender as diretrizes estratégicas do Sistema Eletrobras.

No conjunto de diretrizes estratégicas, constam entre outras metas: assegurar resultado econômico-financeiro positivo e crescente; pagamento de dividendos aos acionistas; racionalidade dos gastos operacionais, na realização de custos de Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros – PMSO, no limite estabelecido na Empresa de Referência da ANEEL; aumentar o nível de adimplência de consumidores; assegurar índice e padrões de qualidade de serviços prestados aos consumidores, conforme estabelecido no contrato de concessão; assegurar nível de perdas de energia elétrica, dentro do limite regulatório estabelecido pela ANEEL; realizar investimentos em expansão, operação e manutenção das instalações elétricas, observando o compromisso de melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores; realizar investimentos no Programa Luz para Todos, para cumprir as metas de ligação de consumidores rurais, estabelecidas pelo Governo Federal; aprimorar metas de gestão, melhoria do clima organizacional e rentabilidade dos investimentos.

2 - Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 12/02/2001, a CEPISA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos.

3 - Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na nota 5.

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:



3.1 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

3.2 - Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, ativo financeiro da concessão, cauções e depósitos judiciais e outras contas a receber. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4 - Caixas e Equivalentes de Caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.5 - Consumidores, concessionárias, permissionárias e parcelamentos de créditos de energia elétrica.

Inclui o fornecimento da energia elétrica faturada e a faturar (estimativa), acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, renegociação de dívida de consumidores, energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica e créditos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. O montante constituído é considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.6 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos da provisão para perda, quando aplicável, e não excedem seus valores de realização.

3.7 - Ativo Financeiro da Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

3.8 - Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos ativos (Nota 14).

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006. As principais taxas anuais, por atividade, são as seguintes:

Tipos de Unidades de Cadastro	Taxa anual de depreciação (%)
Banco de capacitores tensão > 69 Kv	5,0
Banco de capacitores tensão < 69 Kv	6,7
Chave de tensão > 69 Kv	3,3
Chave de tensão < 69 Kv	6,7
Condutor de tensão > 69 Kv	2,5
Condutor de tensão < 69 Kv	5,0
Disjuntor	3,0
Edificações	4,0
Estrutura (poste, torre) tensão > 69 Kv	2,5
Estrutura (poste, torre) tensão < 69 Kv	5,0
Móveis e utensílios	10,0
Regulador de tensão - tensão > 69 Kv	3,5
Regulador de tensão - tensão < 69 Kv	4,8
Transformador de distribuição	5,0
Transformador de força	2,5
Veículos	20,0

Em função da adoção do pronunciamento técnico OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

3.9 - Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica.

A vida útil-econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A CEPISA calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Também são reconhecidos os gastos inerentes à aquisição de softwares corporativos. Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A administração da Companhia entende que a amortização do intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

Os gastos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício (Nota 15).

3.10 – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da CEPISA avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente os ativos intangíveis, utilizando o método do valor em uso ou valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.11 - Demais ativos e passivos

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Os demais passivos estão representados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.12 – Fornecedores e Concessionárias

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.13 - Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.14 – Benefícios de Aposentadoria

A CEPISA é patrocinadora da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pelo sistema previdenciário oficial.

O Plano Previdenciário se encontra em extinção desde 30/11/2000, sob regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas. Essa dívida deverá ser amortizada em 180 (cento e oitenta) parcelas, sendo compensada (ou não) com os resultados atuariais do programa a cada ano.

O plano de benefícios definidos, para a população já fechada, garante os benefícios de complementação de aposentadorias por idade até o nível da média dos últimos trinta e seis salários, com um mínimo de 20% sobre o mesmo, a complementação de aposentadorias por tempo de serviço, na mesma base, além de complementação de aposentadorias por invalidez e especiais. Garante, também, a complementação da pensão por morte, em até 100% do benefício principal, auxílio doença por afastamento temporário, auxílio funeral e um pecúlio por morte, de pagamento único, de valor equivalente a 1/5 do maior teto da previdência Social.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas



e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.15 - Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.15.1 - Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

3.16 - Taxas Regulamentares

Ativos e passivos regulatórios - tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

a) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Programas de Eficientização Energética (PEE)

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

e) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

f) Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

3.17 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

3.18 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19 - Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC.

3.20 - Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos

órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.21 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.22 - Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

3.23 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da CEPIISA incluem, portanto, estimativas referentes à análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Provisão para perdas com créditos

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.24 - Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência (Nota 9).

3.25 - Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 - Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos

4.1 – Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável, tendo fator de risco operacional, decorrente das perdas resultantes da dificuldade de recebimento. A Companhia tem minimizado este risco com campanhas de conscientização, parcelamento de débitos vencidos, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia elétrica.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. A Companhia possui apenas empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.

- Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas. Apresenta risco reduzido financeiro de encargo da dívida, já que os principais empréstimos são obtidos junto a Controladora Eletrobras.



Ativo	Categoria	Ativos (Passivos)					
		31/12/10		31/12/09		01/01/09	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	mantido para negociação	13.587	13.587	14.980	14.980	11.310	11.310
Títulos e valores mobiliários	mantido até o vencimento	51.060	51.060	112.018	112.018	21.439	21.439
Contas a receber de clientes e outros	recebíveis	514.447	514.447	435.865	435.865	390.618	390.618
Passivo							
Fornecedores	mensurado ao valor justo	76.189	76.189	99.002	99.002	92.197	92.197
Empréstimos em moeda nacional Eletrobras/Chief	não mensurado ao valor justo	410.939	410.939	412.215	412.215	568.105	568.105
Demais Empréstimos e financiamentos em moedas nacional	não mensurado ao valor justo	3.130	3.130	3.485	3.485	4.136	4.136
Empréstimos, financiamentos em em moedas estrangeira	não mensurado ao valor justo	7.608	7.608	8.113	8.113	11.672	11.672

4.2 - Gestão de risco

• Risco Financeiro

Risco de encargo da dívida – este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, captados no mercado. Os principais empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia atualmente são com sua Controladora, o que reduz substancialmente os riscos de oscilações nas contratadas.

• Riscos de Mercado

Risco de crédito – o risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

Risco quanto à escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

• Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

5 - Adoção inicial dos CPCs

5.1 – Aplicação dos CPCs

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Pronunciamento CPC 37 R exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir.

5.2 – Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

5.2.1 - Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Dessa forma, as perdas atuariais líquidas cumulativas totalizando R\$ (43.307), registrados contra as obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP, foram reconhecidas em Outras Reservas de Lucro em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 22.161.

5.2.2 - Isenção dos contratos de concessão

A Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da Interpretação ICPC 01 – Contratos de concessão, em função do volume e idade dos seus ativos. Dessa forma, foram utilizados os saldos contábeis desses ativos no data de transição.

5.3 – Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

5.3.1 – Conciliação do Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2009

ATIVO	BR GAAP		BR GAAP de	
	antigo	ICPC 01	CPC 00	acordo com CPCs
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	11.310			11.310
Aplicações no Mercado Aberto	21.439			21.439
Consumidores e Concessionárias	334.109			334.109
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(165.950)			(165.950)
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	53.756			53.756
Valores Tarifários não Gerenciáveis a Compensar	697		(697)	
Consumo de Baixa Renda - Subsídio a Receber	21.486			21.486
Tributos a Compensar	9.511			9.511
Estoque	6.854			6.854
Outros Créditos	3.179			3.179
	296.391		(697)	295.694
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	2.753			2.753
Programa Emergencial de Redução Consumo de Energia	178			178
Tributos a Compensar	3.538			3.538
Depósitos Judiciais	11.441			11.441
Ativo Financeiro da Concessão		164.282		164.282
Outros Créditos	127			127
	18.037	164.282		182.319
Investimentos	146			146
Imobilizado	302.716	(295.146)		7.570
Intangível	4.063	130.864		134.927
	324.962			324.962
TOTAL DO ATIVO	621.353		(697)	620.656

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	BR GAAP		BR GAAP de	
	antigo	Reclassificação	CPC 00	acordo com CPCs
CIRCULANTE				
Fornecedores	72.583			72.583
Energia livre	2.518			2.518
Folha de pagamento	5.088			5.088
Empréstimos e Financiamentos	90.308			90.308
Taxas Regulamentares	29.530			29.530
Obrigações com benefícios de aposentadoria	7.360			7.360
Tributos e Contribuições Sociais	26.936			26.936
Parcelamento Excepcional - PAEX	16.543			16.543
Obrigações Estimadas	9.327			9.327
Outras Obrigações	11.594			11.594
	271.787			271.787
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre	19.614			19.614
Empréstimos e Financiamentos	493.605			493.605
Obrigações com benefícios de aposentadoria	96.508			96.508
Provisões para Contingências	22.927			22.927
Adiantamento para Aumento de Capital		494.369		494.369
Outras Obrigações	1.568			1.568
	633.222	494.369		1.127.591
PASSIVO A DESCOBERTO				
Capital Social	375.023			375.023
Reserva de Capital	31.536			31.536
Prejuízos Acumulados	(1.184.585)		(697)	(1.185.282)
	(778.026)		(697)	(778.723)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	494.369	(494.369)		
	(283.657)	(494.369)	(697)	(778.723)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	621.353		(697)	620.656

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	BR GAAP			BR GAAP de
	antigo	Reclassificação	CPC 00	acordo com CPCs
CIRCULANTE				
Fornecedores	72.966			72.966
Energia livre	2.171			2.171
Folha de pagamento	2.299			2.299
Programa de demissão incentivada	7.827			7.827
Empréstimos e Financiamentos	66.383			66.383
Taxas Regulamentares	32.638			32.638
Obrigações com benefícios de aposentadoria	8.741			8.741
Tributos e Contribuições Sociais	30.043			30.043
Parcelamento Excepcional - PAEX	14.913			14.913
Obrigações Estimadas	12.729			12.729
Outras Obrigações	16.356			16.356
	267.066			267.066
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre	26.036			26.036
Empréstimos e Financiamentos	357.430			357.430
Obrigações com benefícios de aposentadoria	89.957			89.957
Provisões para Contingências	51.851			51.851
Adiantamento para Aumento de Capital		779.224		779.224
Outras Obrigações	1.170			1.170
	526.444	779.224		1.305.668
PASSIVO A DESCOBERTO				
Capital Social	375.023			375.023
Reserva de Capital	31.536			31.536
Prejuízos Acumulados	(1.251.612)		(44.310)	(1.295.922)
	(845.053)		(44.310)	(889.363)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	779.224	(779.224)		
	(65.829)	(779.224)	(44.310)	(889.363)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	727.681		(44.310)	683.371

5.3.2 - Conciliação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009

ATIVO	BR GAAP		BR GAAP de	
	antigo	ICPC 01	CPC 00	acordo com CPCs
Caixa e equivalentes de caixa	14.980			14.980
Aplicações no Mercado Aberto	112.018			112.018
Consumidores e Concessionárias	344.142			344.142
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(205.008)			(205.008)
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	79.137			79.137
Valores Tarifários não Gerenciáveis a Compensar	41.024		(41.024)	
Consumo de Baixa Renda - Subsídio a Receber	11.637			11.637
Tributos a Compensar	8.376			8.376
Estoque	10.106			10.106
Outros Créditos	5.488			5.488
	421.900		(41.024)	380.876
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	12.586			12.586
Tributos a Compensar	3.644			3.644
Depósitos Judiciais	21.726			21.726
Ativo Financeiro da Concessão		158.583		158.583
Outros Créditos	305			305
	38.261	158.583		196.844
Investimentos	146			146
Imobilizado	259.836	(237.030)	(3.286)	19.520
Intangível	7.538	78.447		85.985
	305.781		(3.286)	302.495
TOTAL DO ATIVO	727.681		(44.310)	683.371

5.3.3 - Conciliação do Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2009

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do CPCs no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

	BR GAAP		BR GAAP de	
	anterior	CPC 00	ICPC 01	acordo com CPCs
Receita	598.579		79.534	678.113
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(376.530)		(122.927)	(499.457)
Lucro Bruto	222.049		(43.393)	178.656
Despesas com Vendas	(107.808)			(107.808)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.932)			(96.932)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.106)			(2.106)
	(206.846)			(206.846)
Resultado Operacional	15.203		(43.393)	(28.190)
Receitas financeiras	15.993			15.993
Despesas financeiras	(98.223)		(220)	(98.443)
Resultado financeiro	(82.230)		(220)	(82.450)
Prejuízo do Exercício	(67.027)		(43.613)	(110.640)

6 - Caixa, equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e depósitos bancários à vista	13.587	14.980	11.310
Aplicação financeiras de liquidez imediata (1)	51.060	112.018	21.439
	64.647	126.998	32.749

1 - Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta. A exposição da aplicação financeira ao risco de taxa de juros está divulgada na nota 4.



7 – Consumidores, concessionárias e provisão para créditos de liquidação duvidosa

O saldo refere-se à venda de energia elétrica e da disponibilidade da rede de distribuição, e encontra-se composto por:

7.1 - Consumidores e concessionárias

Descrição	Saldos vencidos		TOTAL			
	Saldo vencidos	Até	Após	31/12/10	31/12/09	01/01/09
		90 dias	90 dias			
Residencial	28.736	44.834	161	73.731	64.900	64.140
Industrial	4.173	4.971	30.915	40.059	38.016	36.655
Comércio, Serviços e Outras Atividades	11.096	13.241	16.502	40.839	35.225	33.242
Rural	1.855	3.046	9.846	14.747	13.075	11.218
Federal	840	294	759	1.893	2.236	1.473
Estadual	2.216	957	722	3.895	3.139	4.163
Municipal	3.481	6.259	12.717	22.457	22.363	21.492
Iluminação Pública	2.985	1.455	761	5.201	5.039	7.688
Serviço Público	2.807	1.296	116.988	121.091	96.064	94.911
Outros Consumidores	7.653	3.372	6.132	17.157	14.886	16.360
	65.842	79.725	195.503	341.070	294.943	291.342
Concessionárias	9.549			9.549	9.488	7.157
	75.391	79.725	195.503	350.619	304.431	298.499
Fornecimento Não Faturado	42.266			42.266	39.711	35.610
	117.657	79.725	195.503	392.885	344.142	334.109

7.2 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação na PCLD de contas de consumidores e revendedores de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	(205.008)	(165.950)
Constituição de provisão	(91.833)	(66.463)
Baixa de títulos considerados incobráveis	6.700	27.405
Em 31 de dezembro	(290.141)	(205.008)

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores reconhecidos como PCLD quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos, são reconhecidos como perda definitiva.

Os seguintes critérios para a constituição da PCLD para os débitos relevantes foram adotados:

- análise individual do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- experiência da administração das concessionárias ou permissionárias em relação às perdas efetivas com consumidores, ou seja, considerar o histórico de perdas, tendo como parâmetro pelo menos os dois últimos anos;
- existência de garantias reais;
- análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos; e
- análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Os critérios acima deverão ser considerados para os casos de clientes com débitos relevantes e, para os demais casos são incluídos na provisão os valores dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Composição da PCLD por classe de consumidores:

Classe de Consumidor	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Residencial	10.785	9.867	9.182
Industrial	37.516	32.403	20.259
Comercial	24.246	20.058	15.122
Rural	10.668	9.464	5.711
Poder Público			
Federal	694	637	433
Estadual	1.596	566	650
Municipal	7.867	10.868	2.825
Iluminação Pública	10.312	10.238	13.880
Serviço Público	118.453	99.209	97.888
Parcelamentos de contas de energia	61.113	4.807	
Suprimento	6.891	6.891	
	290.141	205.008	165.950
Circulante	246.550	205.008	165.950
Não Circulante	43.591		

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

8 - Parcelamento de créditos de energia elétrica

A composição dessa conta é constituída da seguinte forma:

	Circulante			Não Circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Setor Público	30.759	35.174	2.812	34.575	12.586	2.753
Setor Privado	15.640	43.963	50.944	46.376		
	46.399	79.137	53.756	80.951	12.586	2.753

São créditos a receber, de curto e longo prazo, decorrentes de parcelamentos de contas de energia elétrica, renegociados com consumidores.

9 - Consumidor de baixa renda – subsídio a receber

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Tarifa social de baixa renda	10.621	11.637	21.486

Por meio da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, o Governo Federal instituiu a tarifa social de baixa renda, a título de subvenção, para parcela de unidades consumidoras da classe residencial considerada de baixa renda, de acordo com critérios e enquadramento específicos.

Posteriormente, o Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por meio de subvenção econômica.

O reconhecimento dessa subvenção econômica na receita, no que diz respeito à redução dos valores faturados, tem como contrapartida o ativo circulante.

10 - Tributos a compensar

O saldo encontra-se assim composto por:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social		757	2.631
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		3.135	4.346
Programa de Integração Social - PIS		209	163
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		967	753
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS			
IR na fonte			464
Imposto sobre Serviços - ISS			1.073
Outros	11	19	345
	5.079	8.376	9.511
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	3.345	3.644	3.538
	8.424	12.020	13.049

11 – Estoque

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos da concessionária destinados para consumo nas suas atividades.

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Almoxarifado	6.674	4.126	3.758
Destinados a alienação	7.369	5.852	3.049
Outros	128	128	47
	14.171	10.106	6.854

12 - Outros créditos

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Adiantamentos a Empregados	326	(610)	98
Fornecedores	82	1.193	1.549
Serviços Prestados a Terceiros	530	572	446
RGR a compensar	1.641		
Desativações em Curso	(1.008)	(3.502)	(3.264)
Dispêndios a Reembolsar em Curso		2.805	2.805
Serviços em curso	6.157	1.166	482
Títulos a receber	347	1.995	
Desbloqueio Ações Cíveis/Fiscais/Trabalhistas	6.445	2.047	1.241
Outros créditos a receber	2.232	127	127
	16.752	5.793	3.484
Circulante	15.634	5.488	3.179
Não Circulante	1.118	305	305

13 - Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir a atividade principal da Companhia, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

	Ativo financeiro da concessão	
	Imobilizado	Intangível
Saldos originais publicados em 1º de janeiro de 2009	302.716	4.063
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com ICPC 01 e OCPC 05	(295.146)	130.864
Saldos reapresentados em 1º de janeiro de 2009 de acordo com o OCPC 05	7.570	134.927

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

Movimentação do ativo financeiro da concessão

Saldo em 1º de janeiro de 2009	164.282
Baixas, líquidas	(5.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	158.583
Adições, líquidas	190.342
Saldo em 31 de dezembro de 2010	348.925

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, portanto o ativo está apresentado líquido de tal obrigação.

14 – Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado está abaixo demonstrada:

	Movimentação 2009				Saldo em 31/12/09
	Saldo em 01/01/09	Adições	Baixas	Transferências (-)	
Imobilizado em curso	3.011	4.020		(6.779)	252
Imobilizado em serviço	12.932	15.452	(171)		28.213
Reintegração acumulada	(8.373)	(743)	171		(8.945)
	7.570	18.729		(6.779)	19.520

	Movimentação 2010				Saldo em 31/12/10
	Saldo em 31/12/09	Adições	Baixas	Transferências (-)	
Imobilizado em curso	252	4.621		(1.997)	2.876
Imobilizado em serviço	28.213	13.828			42.041
Reintegração acumulada	(8.945)	(1.748)			(10.693)
	19.520	16.701		(1.997)	34.224

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

15 - Intangível

A composição do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	
Em 1º de janeiro de 2009	190.255		(77.428)	112.827	28.852	(6.752)	134.927
Adições (baixas), líquidas	18.505	(29.558)	(21.845)	(32.898)	330	(16.374)	(48.942)
Em 31 de dezembro de 2009	208.760	(29.558)	(99.273)	79.929	29.182	(23.126)	85.985
Adições (baixas), líquidas	31.183	(33.973)	(24.639)	(27.429)	11.368	2.814	(13.247)
Em 31 de dezembro de 2010	239.943	(63.531)	(123.912)	52.500	40.550	(20.312)	72.738

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de concessão.



16 - Imposto sobre o lucro

A apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro está demonstrada a seguir:

	31/12/10		31/12/09	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	(59.099)	(59.099)	(110.640)	(110.640)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	346.635	346.635	116.867	116.860
Ações cíveis e trabalhistas	30.408	30.408	38.322	38.322
Auto de infração ANEEL	1.618	1.618	13.641	13.641
Provisão para devedores duvidosos	92.002	92.002	38.579	38.579
Ajuste a valor presente	101	101		
Custo de construção - IFRIC 12	211.068	211.068	(25.083)	(25.083)
Reversão de ativos/passivos regulatórios	8.120	8.120	40.327	40.327
Outras	3.318	3.318	11.081	11.074
Receitas não tributáveis para fins fiscais	248.151	245.901	33.040	30.790
PIS/COFINS pagos - exercícios 1993/1994	2.250		2.250	
Reversão de provisões	7.519	7.519	6.401	6.401
Receita de construção	211.068	211.068	(25.083)	(25.083)
Reversão de ativos/passivos regulatórios	27.314	27.314		
Ajuste a valor presente			106	106
Outras			49.366	49.366
Lucro Fiscal	39.385	41.635	(26.813)	(24.570)
Compensação de prejuízo fiscal (30%)	11.816	12.491		
Base de Cálculo	27.570	29.145		
Despesa de imposto de renda e contribuição social (25% - IRPJ e 9% - CSLL)	6.868	2.623		

A Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros, ainda não contabilizados devido a incerteza de sua realização conforme apresentado a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízos fiscais	985.713	991.838	982.987
Base negativa de contribuição social	694.921	685.687	679.078
	1.680.634	1.677.525	1.662.065

17 - Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Energia Elétrica - CCEAR	33.137	30.525	30.642
Uso da Rede Básica	2.690	4.972	4.005
Materiais e serviços	35.767	35.710	36.072
Conexão - sistema de transmissão	301	311	
Energia de curto prazo	991	1.268	1.706
Retenção contratual	3.236	105	105
Suprimento	67	75	53
	76.189	72.966	72.583

18 - Energia livre

A composição dos saldos registrados no passivo é a seguinte:

	Circulante			Não Circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Energia livre	8.113	2.171	2.518	26.036	19.614	

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada, denominada Energia Livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico, não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais.

19 - Empréstimos e financiamentos

a) Composição do saldo

	31/12/10			31/12/09	01/01/09
	Circulante	Não Circulante	Total		
Moeda nacional					
ELETRORÁS	39.777	313.137	352.914	315.331	432.974
Instituições Financeiras	278	2.852	3.130	3.485	4.136
CHEFS	36.129	21.896	58.025	96.884	135.131
Total moeda nacional	76.184	337.885	414.069	415.700	572.241
Moeda estrangeira					
Instituições Financeiras	978	6.630	7.608	8.113	11.672
Total moeda estrangeira	978	6.630	7.608	8.113	11.672
	77.162	344.515	421.677	423.813	583.913

b) Condições contratuais

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELETRORÁS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a a.a.	2017
Banco do Brasil	BB227003	10/02/1995	Refinanciamento de débito	8,46% a.a.	2014
Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	12,30% a.a.	2024
CHEFS	Termo de Confissão de Dívida	31/12/2003	Refinanciamento de débitos pela compra de energia	1,00% a.m.	2009

c) Os contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela CEPISA estão suportados por garantias de receita própria, oriundas da arrecadação de faturas de energia elétrica.

d) Vencimentos a longo prazo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2011	34.452	35.740	65.942
2012	51.677	53.615	69.238
2013	68.903	71.486	51.254
2014	86.129	89.357	55.357
2015 em diante	103.354	107.232	251.814
	344.515	357.430	493.605

e) Composição por indexador (moeda nacional):

Moeda Nacional	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RGR	328.974	79,5	291.900	70,2	282.907	49,4
IGP-M	61.116	14,8	100.330	24,1	175.919	30,7
FINEL	23.940	5,7	23.470	5,7	19.954	3,5
Outros					93.461	16,3
	414.030	100,0	415.700	100	572.241	100,0

Moeda Estrangeira	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
	origem	R\$	%	origem	R\$	%	origem	R\$	%
Dólar norte americano	4.299	7.161	100	4.661	8.113	100	4.988	11.672	100
		7.161			8.113			11.672	

f) Mutação dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira:

	Moeda Nacional						Moeda Estrangeira						TOTAL	
	BANCO DO BRASIL		CHEFS		ELETRORÁS		MORGAN							
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 1º de janeiro de 2009	238	3.857	4.923	130.208	84.386	348.588	706	10.952	90.253	493.605				
Adições (Liberações)						56.938								56.938
Encargos da Dívida	40						174							214
Amortização	(912)		(48.607)				(1.355)							(50.874)
Juros	321			14.350	1252	22.417								1.573
Transferências	592	(592)	71.750	(71.750)	(48.419)	(149.832)	696	(696)	24.619	(222.870)				24.619
Variação monetária		(58)		(3.990)			598	(2.962)	598	(7.010)				598
Em 31 de dezembro de 2009	279	3.207	28.066	68.818	37.219	278.111	819	7.294	66.383	357.430				357.430
Adições (Liberações)							36.211							36.211
Encargos da Dívida							273							273
Amortização	(952)		(55.297)				(966)							(57.215)
Juros	279			8.946	20	1.352								299
Transferências	673	(673)	63.360	(63.360)	2.537	(2.537)	557	(557)	67.127	(67.127)				67.127
Variação monetária		318		7.482			295	(107)	295	7.703				7.703
Em 31 de dezembro de 2010	279	2.852	36.129	21.896	39.778	313.137	978	6.630	77.162	344.515				344.515

20 - Taxas regulamentares

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Reserva Global de Reversão - RGR			330
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.908	355	1.782
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		313	327
Encargo de Capacidade Emergencial	3.333	3.339	9.166
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D	12.820	9.802	14.304
PROINFA			3.365
Programa de Eficiência Energética - PEE	23.723	18.829	
Taxas de Fiscalização Serviço Público de energia Elétrica - TFSEE	135		256
	42.256	32.638	29.530
Circulante	19.973	32.638	29.530
Não Circulante	22.283		

A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

21 – Obrigações com benefícios de aposentadoria

A CEPISA é patrocinadora da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pelo sistema previdenciário oficial.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a obrigatoriedade de ajustes nos planos das entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, mediante a eliminação de seus déficits e a implantação da paridade contributiva entre participantes e patrocinadora.

A posição das obrigações com a FACEPI é demonstrada como segue:

	Circulante			Não Circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Termo de compromisso (1)	10.644	4.972	4.423	64.455	46.037	48.658
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (2)	8.278	3.769	2.937	36.189	43.920	46.850
Contribuição Patrocinadora	30					
	18.952	8.741	7.360	100.644	89.957	95.508

(1) Firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do Plano de Benefícios da FACEPI;

(2) Contrato nº 087/97-PJC, de 19.09.1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6,0% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.

Durante o exercício de 2010, os valores pagos pela CEPISA à FACEPI, referentes à amortização das parcelas dos débitos e às despesas administrativas foram, respectivamente, R\$ 13.677 (2009 - R\$ 11.082) e R\$ 758 (2009 - R\$ 829).

Os valores apurados em laudo atuarial separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:			
Valor presente da obrigação atuarial	214.928	220.755	
Valor presente dos ativos garantidores	139.830	126.807	
Excesso (insuficiência) no final do exercício	(75.098)	(93.948)	
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - paragr. 58			
Passivo atuarial	(75.098)	(93.948)	

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

	31/12/10	31/12/09
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:		
Obrigações no início do exercício	220.755	
Custo do serviço	3.776	
Custo dos juros	21.738	
Benefícios pagos/adiantados	(8.814)	(7.959)
Aquisição de quotas - Plano CD		
(Ganhos) ou perdas atuariais	(22.527)	228.714
Obrigações no fim do exercício	214.928	220.755
Valor justo dos ativos no início do exercício	126.807	
Retorno esperado dos investimentos	10.878	
Contribuições patronais	11.325	10.706
Contribuições de participantes		
Benefícios pagos/adiantados	(8.814)	(7.959)
Ganhos (ou perdas) atuariais	(366)	124.060
Compensação de quotas		
Valor justo dos ativos no fim do exercício	139.830	126.807

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras Despesas (Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

VALORES RECONHECIDOS DIRETAMENTE NOS RESULTADOS	31/12/10	31/12/09
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:		
Custo do serviço (líquido de contribuições de beneficiários)	3.777	
Custo dos juros	21.738	
Retorno esperado dos ativos financeiros	(10.878)	
	14.637	

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

HIPÓTESES ECONÔMICAS	%
Taxa anual de juro atuarial real	6,00
Taxa anual de inflação projetada	4,50
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,77
Taxa anual real de evolução salarial	2,00
Taxa anual real de evolução custos médicos	
Taxa real de evolução de benefícios	
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT fraça
% de casados na data de aposentadoria	95,00
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

	CONSOLIDADO	%
Valores disponíveis imediatos	5	
Realizáveis previdenciários	2.178	2,2
Investimentos em títulos públicos	33.336	33,2
Investimentos em ações	1.040	1,0
Investimentos em fundos	34.516	34,3
Investimentos imobiliários	2.703	2,7
Empréstimos e financiamentos	7.406	7,4
Outros	20.296	20,2
(-) Exigíveis previdenciários	(963)	(1,0)
(-) Exigíveis de investimentos	(10)	
	100.507	100,0

22 - Tributos e contribuições sociais

A composição do saldo desta rubrica, registrada no passivo, está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ICMS	26.566	15.711	14.286
COFINS	4.625	4.074	3.750
INSS	3.772	1.588	1.231
IRRF	415	507	338
PIS/PASEP	1.004	884	802
FGTS	668	481	555
Retenção de Tributos Federais	6.526	5.019	4.582
Opção da Lei 11.941/09 (*)	13.265	14.913	16.543
Outros	647	1.779	1.392
	57.488	44.956	43.479
Circulante	39.446	44.956	43.479
Não circulante	18.042		

*A Diretoria Executiva da CEPISA, por meio da Resolução nº RES-164/2009, de 22/09/2009, autorizou a adesão ao novo parcelamento, previsto na Lei nº 11.941/2009, incluindo a dívida referente ao Finsocial, inscrita da dívida ativa da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O referido parcelamento ainda não foi homologado pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Enquanto o parcelamento não for homologado, a CEPISA amortizará o saldo devedor do PAEX, pagando mensalmente R\$ 137.



23 - Obrigações estimadas

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Férias	5.912	5.422	4.414
Gratificação de férias	4.434	2.711	2.001
Contribuições recolhíveis ao INSS	3.000	2.359	1.964
FGTS	828	651	513
Outras Obrigações	9	1.586	435
	14.183	12.729	9.327

24 - Provisão para demandas judiciais

As provisões constituídas para demandas judiciais, no montante de R\$ 74.235 classificadas no passivo não circulante (R\$ 51.851 em dezembro de 2009 e R\$ 22.927 em 1º de janeiro de 2009) são compostas como segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas (A)			
Alteração de jornada de trabalho (6 horas)	1.170	4.030	4.030
Periculosidade	1.668	1.912	1.837
Equiparação Salarial	986	639	348
Horas Extras	3.100	2.415	1.316
Processos Individuais	5.056	5.796	2.081
Processo - PCCS (*)	32.000	21.016	
Outros	2.116	1.463	1.592
	46.096	37.271	11.204
Débitos Questionados Judicialmente	70	8	80
Outras Indenizações	5.631	4.831	5.150
Medida Cautelar	213		213
Outros	11.840	7.367	103
	17.754	12.206	5.546
Cíveis (B)			
	10.385	2.374	6.177
Fiscais/Tributárias (C)			
	74.235	51.851	22.927

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Em 1º de janeiro de 2009	11.204	5.546	6.177
Constituição	29.452	8.268	
Baixas/reversão	(3.385)	(1.608)	(3.802)
Em 31 de dezembro de 2009	37.271	12.206	2.374
Constituição	47.389	18.410	16.589
Baixas/reversão	(38.564)	(12.862)	(8.578)
Em 31 de dezembro de 2010	46.096	17.754	10.385

A Administração da CEPISA, embasada na análise de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(*) O Processo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários ("PCCS") trata-se de uma ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí - SINTEPI, cobrando a retroatividade da implantação do PCCS. Constava no ACT/2005 a implantação do PCCS em agosto de 2005. Como a CEPISA o implantou em dezembro de 2005, sem retroatividade, o Sindicato ajuizou reclamação trabalhista pleiteando a referida diferença.

a) Trabalhistas

Refere-se a diversas ações movidas contra a CEPISA, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, adicional de penosidade, equiparação/reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, conforme descrevemos a seguir:

b) Cíveis

As principais ações são provenientes de indenizações por danos morais e materiais, movidas por pessoas físicas e jurídicas e de ações de repetição do indébito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foi pago indevidamente, sendo as detectadas com expectativa de perda provável, devidamente provisionadas, as quais descrevemos abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Indenização por perdas	5.996	4.798	5.142
Acidentes terceiros/trabalho	55	8	8
Comerc. Energia e Produtos	90		
Irregularidade de consumo	7	20	80
Iluminação pública	186		
Negativação SPC e Serasa	174		
Outras	11.247	7.380	316
	17.754	12.206	5.546

c) Fiscais

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são as seguintes:

	Tribunal	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ICMS	4ª Vara da Fazenda Pública	2.374	2.374	6.177
ISS	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí	8.011		
		10.385	2.374	6.177

A CEPISA sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a CEPISA, quatorze autos de infração, no total de R\$ 70.441. Suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da CEPISA, este valor não foi provisionado, por ser considerado no relatório das contingências, quanto à probabilidade de perda, como perda possível.

Auto de Infração	Discriminação do Fato	Data do Auto	Valor
32.794	Consumidor não enquadrado como órgão público	30/07/2003	17.371
32.796	ICMS consumidor industrial	30/07/2003	6.857
32.797	ICMS competência dez/2005	30/07/2003	5.965
48.147	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/2007	821
48.148	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/2007	9.620
48.149	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/2007	11.501
48.150	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/2007	13.380
48.461	Atraso na entrega do Convênio 115/03	04/06/2007	4.926
48.462	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	39
48.463	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	112
48.464	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	174
48.465	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	326
48.466	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	618
48.467	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/2007	626
			72.336

A CEPISA destaca a seguir os processos trabalhistas, cíveis e tributários, com perda estimada como possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício de 2010:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas			
Possíveis	18.779	17.760	28.285
Remotas	1.442	1.449	2.334
	20.221	19.209	30.619
Cíveis			
Possíveis	76.551	4.946	17.818
Remotas	180.132	250	182.044
	256.683	5.196	199.862
Fiscais/Tributárias			
Possíveis	76.165	76.094	72.555
Remotas	10.752	5.722	11.222
	86.917	81.816	83.777
	363.821	106.221	314.258

Os valores originais foram corrigidos monetariamente pela variação dos índices da TR e do TST.

25 - Outras obrigações

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Consumidores (a)	812	6.804	4.512
Multa da ANEEL (b)	6.236	5.975	
Taxas Iluminação Pública - TIP (c)	9.226	3.144	6.620
PIS/COFINS - Alíquotas efetivas	4.534		
Outras	1.072	1.603	2.030
	21.880	17.526	13.162
Circulante	21.010	16.356	11.594
Não Circulante	870	1.170	1.568

a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

26 - Capital social

O capital social autorizado da CEPISA, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 779.224 e está representado por ações, sem valor nominal, como segue:

Espécie/Classe das ações	Quantidade de ações	%
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais – Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais – Classe "B"	15.781.524	2,03%
	779.223.552	100,00%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral de Acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma prevista em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na Assembléia Geral de Acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais Classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B";
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da CEPISA.

27 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da ELETROBRÁS, até 31 de dezembro de 2010, registrados contabilmente no passivo não circulante, como adiantamento para futuro aumento de capital, devidamente atualizado, conforme determina o CPC 39, alcançaram montante de R\$ 183.953, conforme composição abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2003	281.429	281.429	281.429
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2004	35.587	35.587	35.587
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2005	199.057	199.057	96.100
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2009	263.151	263.151	81.253
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2010	183.953		
	963.177	779.224	494.369
Valores Integralizados em 2010	(779.224)		
Em 31 de dezembro de 2010	183.953		

Por meio da Deliberação DEL-204/2009, de 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da ELETROBRÁS aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos (ECF), concedidos com recursos ordinários, fossem transformados em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 198.251, juntando-se àqueles já existentes (R\$ 580.973), sendo capitalizado em 30/12/2010 o montante de R\$ 779.224.

28 - Resultado por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/10	31/12/09
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(68.590)	(110.640)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	779.224	26.220.367
Resultado básico por ação	(0,0880)	(0,0042)

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: AFAC. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	2010	2009
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(68.590)	(110.640)
Média ponderada da quantidade de ações	779.224	26.221
Ações vinculadas a dívida conversível - AFAC	183.953	779.224
Média ponderada da quantidade de ações com efeito dilutivo	963.177	805.445
Resultado básico por ação diluído	(0,0712)	(0,1374)

29 - Receita

	31/12/10	31/12/09
Fornecimento de energia elétrica (Nota 30)	451.887	816.025
Uso da rede e energia de curto prazo (Nota 31)	433.048	30.118
Receita de Construção (Nota 32)	211.068	-25.083
Outras receitas operacionais (Nota 32)	102.598	26.366
Deduções da receita (Nota 33)	(327.746)	(285.033)
RECEITA LÍQUIDA	870.855	562.392

30 - Fornecimento de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica a consumidores, por classe de consumo, é a seguinte:

	Nº Consumidores		MWh		R\$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	828.745	774.486	989.528	807.695	488.109	410.167
Industrial	3.810	3.945	251.424	231.367	76.531	72.465
Comercial/Serviços e Outras	70.258	69.510	453.775	388.716	208.245	183.542
Rural	28.900	27.379	98.277	79.862	31.024	26.254
Poder Público	13.432	13.671	173.530	151.355	73.800	66.258
Iluminação Pública	834	800	124.960	121.840	33.955	34.594
Serviço Público	3.322	2.463	124.122	112.680	40.756	37.846
Consumo Próprio	135	137	3.247	3.112		
Fornecimento não faturado					2.555	4.101
(-) Receita distribuição					(409.489)	
Remuneração WACC - FRIC12					(27.260)	(17.752)
	949.436	892.391	2.218.863	1.896.627	518.226	817.475
Encargo de capacidade emergencial					(4)	(11)
Subvenção à tarifa social baixa renda					(66.335)	(1.439)
	949.436	892.391	2.218.863	1.896.627	451.887	816.025

31 - Uso da rede e energia de curto prazo

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	31/12/10	31/12/09
Uso da Rede		
CEMAR	13.269	18.278
Industrial livre		(383)
ENGUIA	209	188
Receita de distribuição	409.489	
Produtor Independente	4.553	4.450
	427.520	22.533

Energia de curto prazo

Diversas empresas CCEE	5.528	7585
	433.048	30.118

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

32 - Outras receitas operacionais e receita de construção

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Renda de Prestação de Serviço	2.178	3.914
Serviço Taxado	1.328	1.392
Arrendamentos e Aluguéis	2.942	2.779
Doações, Contrib. e Sub. Vinculadas	66.335	
Receita de Construção - IFRIC12	211.068	(25.083)
Remuneração do ativo financeiro	27.260	17.752
Outras Receitas	2.555	529
	313.666	1.283



33 – Deduções da receita

	31/12/10	31/12/09
ICMS	(198.821)	(167.211)
COFINS	(73.578)	(67.794)
PASEP	(15.983)	(14.717)
ISS	(18)	(74)
Quota para Reserva Global de Reversão	(1.651)	(4.666)
Encargos do Consumidor	(30.735)	(26.057)
Proinfa	(6.960)	(4.514)
	(327.746)	(285.033)

34 - Custo do serviço e despesas operacionais

O custo do serviço e as despesas operacionais, discriminados na demonstração do resultado, podem ser assim apresentados.

	31/12/10		31/12/09	
	Energia Elétrica	Despesas c/ vendas	Despesas Gerais e Admin.	Total
Receita Operacionais Líquida				877.815
Custos / Despesas Operacionais				566.906
Pessoal e Administradores	90.003	2.359	45.261	137.623
Material	2.621	245	1.703	4.569
Serviços de terceiros	24.562	37.417	15.743	77.722
Taxa de fiscalização serv. Ener. elétrica - TFSEE			1.745	1.745
Energia elétrica comprada para revenda (A)	263.445		263.445	253.798
Encargos de uso do sistema transmissão (A)	60.044		60.044	41.292
Depreciação e Amortização	16.766	(241)	1.736	18.261
Arrendamentos e alugueis	1.025	2.754	2.842	6.621
Tributos	7	35	44	86
Provisões (reversões) operacionais		92.002	27.354	119.356
Despesa de construção	211.068		211.068	(25.083)
Outros	1.439	10.108	(10.447)	714
Total custos / despesas operacionais	670.380	144.679	85.981	901.254
Resultado operacional				(23.439)

A - Custo com energia

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/10		31/12/09	
	MWh	R\$	MWh (Não auditado)	R\$
CCEAR	3.467.685	252.036	3.321.396	258.700
Uso do Sistema de Transmissão		60.044		41.292
Energia de Curto Prazo		4.449		(9.416)
PROINFA		6.960		4.514
	3.467.685	323.489	3.321.396	295.090

B - Custo de operação e construção

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Pessoal e administradores	90.003	64.743
Material	2.621	1.708
Serviço de terceiros	24.562	25.568
Depreciação e amortização	16.767	25.056
Custo de Construção -IFRIC 12	211.068	(25.083)
Outros	2.469	1.169
	347.490	93.161

C - Custo e despesas de pessoal e administradores

	31/12/10	31/12/09
Remunerações	67.381	67.179
Encargos Sociais	34.573	30.048
Auxílio Alimentação	12.025	8.475
Convênio Assistencial e outros benefícios	6.003	4.364
Provisão para férias e 13º salário	14.050	12.710
Plano de Saúde	2.174	
Participação nos Resultados	11.015	
(-) Outras despesas	(9.598)	(4.244)
	137.623	118.532

35 - Resultado financeiro

Os principais itens que compõem o resultado financeiro estão assim constituídos:

	31/12/10	31/12/09
Rendas de aplicações financeiras	5.647	2.525
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	25.974	18.237
Outras receitas financeiras	2.009	6.230
Receitas financeiras	33.630	26.992
Encargos de dívidas	(33.736)	(58.329)
Varição monetária líquida	(28.837)	(30.393)
Outras despesas financeiras	(6.716)	(20.720)
Despesas financeiras	(69.289)	(109.442)
Resultado financeiro	(35.659)	(82.450)

36 – Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

	31/12/10	31/12/09
Prejuízo do exercício	(68.590)	(110.640)

Despesas que não afetam o caixa:

Depreciação e amortização	18.261	25.711
Provisões Operacionais	119.356	97.905
Juros, Encargos, Variações Monetárias Líquidas	62.572	74.902
Outras despesas	5.785	
	137.384	87.878

Variação de Ativos e Passivos

Consumidores e Concessionárias	(48.743)	(10.033)
Parcelamento de créditos de energia elétrica	32.738	(25.381)
Valores Tarifários não Gerenciáveis a Compensar	(4)	
Consumo de Baixa Renda - Subsídios a Receber	1.016	9.849
Tributos a Compensar	3.297	1.135
Almoxarifado	(4.065)	(3.252)
Outros Créditos	(10.142)	(2.309)
Depósitos Judiciais	5.722	(10.285)
Fornecedores	3.223	383
Energia Livre	5.942	(347)
Folha de Pagamento	(643)	(2.789)
Taxas Regulamentares	(12.665)	3.108
Fundação Cepisa - FACEPI	6.684	1.381
Tributos e Contribuições Sociais	(5.510)	1.477
Obrigações Estimadas	1.454	3.402
Outras obrigações	4.653	4.762
Recursos Líquidos Provenientes de Operações	(17.043)	(28.899)

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	120.341	58.979
--	----------------	---------------

37 – Cobertura de Seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco, e data de vigência, dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	13/08/2010	34.522	243
Riscos Nomeados - Almoxarifado central	a	6.720	47
Riscos Nomeados - Complexo sede	13/08/2011	5.562	39
		46.804	329

Equipamentos e riscos nomeados – Na apólice contratada foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.

38 – Transações com partes relacionadas

A CEPISA efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra e venda de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.

Empresas	Natureza de Operação	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
		Ativos	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETROBRÁS	Empréstimos e financiamentos	142	352.914	(24.094)	87	315.331	(45.404)	81	432.974	(48.507)
CHESF	Empréstimos e financiamentos		58.025	(16.438)		96.884	(9.398)		135.131	(35.218)
ELETRONORTE	Energia comprada, uso do sistema, transporte e transmissão		5.283			5.199				5.191
CHESF	Energia comprada, uso do sistema, transporte, transmissão e conexão		5.746			7.619				8.624
FURNAS	Energia comprada, uso do sistema, transporte e transmissão		8.656			8.924				10.524
		142	430.624	(40.532)	87	433.957	(54.802)	81	592.444	(83.725)

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas apresentam as seguintes condições contratuais:

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELETROBRÁS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a 10,00% a.a.	2017
CHESF	Termo de Confissão de Dívida	31/12/2003	Refinanciamento de débitos pela compra de energia	1,00% a.m.	2009

39 – Obrigações e compromissos

A Companhia assinou diversos contratos de compra de energia, cuja estimativa de despesa com a contratação em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Exercício	MWh	R\$	R\$/MWh
2011	3.917.963	374.528,98	0,9559
2012	4.400.708	465.297,23	0,1057
2013	3.250.978	432.263,06	0,1329
2014	2.787.367	384.238,54	0,1378
2015	2.402.767	350.443,51	0,1458
2016/2045	53.059.369	7.738.708,97	0,1458

40 - Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal. O gasto total com a remuneração no exercício de 2010 está demonstrado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	127	86
Encargos sociais	27	28
Provisões e Gratificações	18	5
	172	119

41 - Remuneração de empregados

A maior e menor remuneração, para empregados da CEPISA, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foi de R\$ 19.729,89 e R\$ 854,82, respectivamente. O salário médio e a remuneração média praticados pela CEPISA, durante o ano de 2010, foram respectivamente, de R\$ 3.727,71 e R\$ 2.101,22.

42 - Treinamento e desenvolvimento de pessoal (não auditado)

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Indicadores	31/12/10	31/12/09
	1.330	1.350
Empregados treinados	543	498
Homem hora treinados	41	47510
Média hora treinamento	0,08	95,40
Índice de empregados treinados (%)	40,83	36,89
Investimento total (mil)	772	449
Valor médio investido por empregado (mil)	1,42	0,90

PEDRO CARLOS HOSKEN VIEIRA
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

LUIS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE
Diretor Interino de Operação

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE
Diretor de Planejamento e Expansão

UBIRAJARA ROCHA MEIRA
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais.

PAULO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Contador CRC PI – 3.090/0 – 4
CPF 067.070.333 – 87



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Piauí

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética do Piauí (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2010, o que suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial está sendo apresentado para fins de comparação na Nota 4.2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 5 de março de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 4.2.1 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assuração sobre as demonstrações contábeis de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5 "S" PI

Gilberto Bagaio Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "S" PI

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" PI



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 29/04/2011, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião, amparado no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 29 de Abril de 2011, que as Demonstrações Contábeis da CEPISA apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, a demonstração do valor adicionado (DVA), o desempenho das suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo apenas ressalva isolada do conselheiro Irapuã de Carvalho Dantas, conforme consta anexo, a qual não compromete a aprovação da matéria, objeto do presente parecer.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade à implantação de medidas que objetivam a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, dê, também, prosseguimento na implementação do processo de reestruturação econômico e financeira da Companhia, de modo a possibilitar a geração de resultados positivos futuros.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PRICEWATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 29 de Abril de 2011, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2010, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Brasília, 29 de Abril de 2011.

WAGNER MONTORO JÚNIOR
 Presidente

MARIANA CRUZ MONTENEGRO
 Conselheira

IRAPUÃ DE CARVALHO DANTAS
 Conselheiro



APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, através da Deliberação DEL-015/2011, de 27.04.2011, decidiu Aprovar, e submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da CEPISA, referentes ao exercício findo em 31.12.2010.

Teresina (PI), 27 de abril de 2011.

Pedro Carlos Hosken Viera
 Presidente interino

Ricardo de Paula Monteiro
 Conselheiro

Sérgio Gonçalves de Miranda
 Conselheiro

Telton Elber Correa
 Conselheiro

José Roberto de M R Paiva Fernandes Junior
 Conselheiro

P. P. 12904

CARVALHO E FERNANDES LTDA, CNPJ 11.596.442/0063-61, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, para perfuração de 03 (três) poços tubulares, sendo um na Avenida Joaquim Nelson, bairro Dirceu Arcoverde, segundo na Rua Margarida, bairro São Cristovão e terceiro na Rua Felton Silva, bairro Morada Nova, todos no município de Teresina – PI, bem como as Outorgas Preventivas com vistas a reservar os volumes outorgáveis de 21.900 m³/ano; 6.570m³/ano e; 10.950m³/ano respectivamente e coordenadas geográficas de 05°06'04''S/42°45'07''W; 05°04'38''S/42°46'21''W e; 05°07'40''S/42°47'11''W respectivamente. Todos na Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba e Sub-bacia do rio Poti. Finalidade da água: abastecimento doméstico.

P. P. 12904

CIALNE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A. - C.N.P.J. 11.072.849/0001-97 - NIRE 22300008251 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE “CIALNE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A.” lavrada em forma de sumário. 01 - Data, Horário e Local da Assembléia: Realizada aos (28) vinte e oito dias do mês de abril de 2011, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Teresina-PI, à Rod. BR 316, Km 18 no Lugar Junco Data São José do Junco, Zona Rural, CEP 64.032-075. **02 - Presença e Convocação:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, com e sem direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **03 - Mesa:** Presidente: Francisco de Araújo Carneiro; SECRETARIA AD HOC: Maria Vera Magalhães Viana. **04 - Ordem do Dia:** a) Discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, publicadas no Diário Oficial Nº 76, págs. 19 e 20, edição do dia 25/04/ 2011 e no Jornal O Dia, 2º caderno, pag. 03, edição de 25/04/2011, relativas ao exercício social findo em 31/12/2010; b) Destinação do Prejuízo do exercício. **05 - Deliberações:** Instalada a Assembléia após discussão das matérias, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos, deixando de votar os acionistas legalmente impedidos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: a) Aprovar o relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, documentos esses concernentes ao exercício social findo em 31/12/2010, cujo Balanço foi publicado no Diário Oficial Nº 76, págs. 19 e 20, edição de 25/04/2011 e no Jornal O Dia, pag. 03, 2º caderno, edição de 25/04/2011; b) Aprovar o prejuízo apurado no exercício no valor de R\$ 4.325.913,96 (QUATRO MILHÕES, TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL, NOVECENTOS E TREZE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), o qual se acha registrado na Conta de Prejuízos Acumulados, reduzindo assim o Patrimônio Líquido. Assim sendo, no presente exercício deixa de ser distribuído dividendos, assim como o capital será aumentado, tendo em vista o prejuízo ora apresentado. **06 - Dissidências:** Não houve dissidências, protestos, propostas ou declarações de votos de acionistas. **07 - Parecer do Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente e nem foi instalado no presente exercício. **08 - Assinaturas:** Francisco de Araújo Carneiro por si e por Cialne Participações S/A, Maria Vera Magalhães Viana - Secretária “Ad Hoc”. **Confere com original lavrado em livro próprio. Maria Vera Magalhães Viana - Secretária - Ad Hoc. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - CERTIFICADO DO REGISTRO EM: 25/05/2011 SOB O Nº 260561 - Protocolo: 11/012201-1, DE 09/05/2011. JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO - Secretário Geral.**

P. P. 12905

CERÂMICA CARAJÁS LTDA, empresa brasileira, sediada no km 07 da estrada Teresina/David Caldas-Santa Maria da CODIPE-Teresina-PI, com C.N.P.J nº 06.853.527/0001-45, torna público que requereu junto a SEMAR-PI, a renovação da Licença de Operação nº P000650/09, referente a um Poço Tubular situado na Coordenada Geográfica nº 4º 59' 42,50" S e 42º 50' 33,20" W, objetivando o uso cerâmico - Bacia Difusora do Baixo Parnaíba

P. P. 12906